Lei nº 23

Contem Código de Posturas Municipais

O Povo do Município de Ilhá, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Parte Primeira

Das posturas em geral

Titulo I

Da competencia e das Penalidades

Art. 1º - Este Código contém as medidas de policia administrativa a cargo do município, estabelecendo as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

Art. 2º - Do Prefeito e em geral, aos funcionários ou servidores municipais incumbe velar pela observância dos preceitos deste código.

Capitulo I

Das infrações e das penas

Art. 3º - Constitui contravenção ou infração todo procedimento ou omissão contrários as disposições deste Código, ou de outras leis, decretos, resoluções e atos emanados do governo Municipal.

Art. 4º - Será considerado infrator ou contraventor todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguem a praticar infração ou contravenção.

Art. 5º - A pena, além de impôr a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observado o limite máximo da lei.

Art. 6º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular

e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

Art. 7º Nas reincidências, as multas serão cominadas ao dobro, não podendo, porém, exceder o limite legal.

Parágrafo único. Reincidente é o que violar preceito dêste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 8º Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

a) a maior ou menor gravidade da infração;

b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

c) os antecedentes do infrator, com relação às disposições dêste Código.

Art. 9º As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.

Art. 10 — A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida neste Código será punida com multa de 10 a 500 cruzeiros, variável segundo a gravidade da infração.

Art. 11 — Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao almoxarifado da Prefeitura, quando a isto não se prestarem os objetos, ou a apreensão se realizar fora da cidade poderão ser depositados em mãos de terceiros, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único. Pelo depósito serão abonadas as depositárias as percentagens constantes do Regimento de Custas do Estado, pagas pelo infrator antes do levantamento do depósito.

Art. 12 - Não são diretamente passíveis das penas definidas neste capítulo:

a) sôbre o pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o

b) sôbre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco.

c) sôbre aquele que der causa á contravenção forçada.

Art. 13 - Sempre que a contravenção fôr praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá

a) - sôbre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

b) - sôbre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco.

c) - sôbre aquele que der causa á contravenção forçada.

Capitulo II

Dos autos de infração

Art. 14 - São autoridades para lavrar autos de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo prefeito.

Art. 15 - É autoridade para confirmar os autos de infração e aplicar multas o Prefeito ou seu substituto legal, êste quando em exercício.

Art. 16 - Será também motivo á lavratura do auto de infração qualquer violação ou tentativa de violação das normas dêste Código, que fôr levada ao conhecimento do Prefeito por qualquer servidor municipal ou qualquer cidadão que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo unico: - Recebendo tal comunica

são, o Prefeito ordenará a imediata soltura, mediante lavratura do auto de infração.

Art. 11. Os autos de infração obedecerão a modelos especiais, podendo ser impressos, no que for caso palavras invariáveis, preenchendo-se à mão os claros. Do auto constarão, obrigatoriamente:

a) o nome do infrator, sua profissão, idade e estado civil;

b) a designação do local onde se verificou a infração;

c) a natureza da infração e todas as circunstâncias que possam servir de atenuante ou de agravante para a ação;

d) o dispositivo violado.

§ 1º. Assinarão o auto o autuante, o infrator e, pelo menos, duas testemunhas capazes.

§ 2º. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa testemunhada, fazendo-se por escrito a observação, e assinando as testemunhas do fato.

§ 3º. Também no caso de recusarem as testemunhas a assinar, a recusa será tomada por termo, cabendo o autuante os elementos de prova suficientes à abertura do processo de execução.

Capítulo III

Do processo de execução

Art. 18. Processado o auto de infração, será este submetido ao Prefeito, para que o confirme e imponha as multas previstas neste Código.

Art. 19. Quando ocorrer a hipótese a que se refere o artigo 17, parágrafo terceiro, o processo de execução será aberto, após a confirmação do Prefeito do respectivo auto, mediante a demonstração objetiva do ato ilícito, feita pelo autuante.

Art. 20 - O Prefeito designará um servidor municipal para servir de escrivão no processo.

§ 1º - O escrivão intimará então o infrator, para no prazo de cinco dias, se residir na sede do município, ou de dez dias, se residir fora da sede, efetuar o pagamento da multa ou apresentar a sua defesa.

§ 2º - A intimação ao infrator será feita diretamente por escrito, ou mediante edital publicado na imprensa local ou afixado em lugar público na sede do município, ascentando-se a ocorrência no processo.

§ 3º - No curso do processo de execução serão, sempre que necessário, ouvidas as testemunhas do fato, as quais serão notificadas a prestar seus depoimentos no prazo que as circunstâncias aconselharem.

§ 4º - A notificação das testemunhas será feita nos termos do parágrafo segundo.

Art. 21 - Querendo apresentar sua defesa, o autuado deverá depositar previamente nos cofres municipais a importância correspondente à multa imposta, sem o que a defesa não será recebida.

Art. 22 - Não sendo apresentada defesa no prazo estabelecido no art. 20 § 1º será o infrator considerado revel, sendo o processo encaminhado ao Prefeito, para julgamento.

Parágrafo único - Se a decisão for contra o infrator, será este intimado ao recolhimento da multa que lhe for imposta no prazo de 5 dias, se residir na sede do Município, e de 10 dias, se residir fora da sede; decorrido este prazo sem o pagamento, será a multa inscrita como dívida ativa, extraindo-se certidão para se proceder a cobrança executiva.

Art. 23 - Sendo apresentada a defesa, na

forma do artigo 21, sobre a mesma falará o autuante ou o servidor ao cidadão que tiver presenciado o fato e feito a comunicação às autoridades municipais, ouvindo-se, sempre que necessário, as testemunhas.

§ 1º - Concretizada, será o processo concluso ao Prefeito, que julgará de seu mérito, firmando a penalidade cabível ou julgando improcedente o auto.

§ 2º - Do infrator será dado conhecimento, diretamente por escrito, da decisão proferida, que poderá também ser dada ao conhecimento pela imprensa local ou por editais afixados em lugar público.

§ 3º - Se a decisão proferida confirmar o julgamento preliminar, mantendo as multas, serão estas, já depositadas, recolhidas à receita municipal, pela autoridade pública.

Art. 28 - Quando a pena determinar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será fixado ao infrator o prazo de cinco dias, para início do seu cumprimento, e prazo razoável, para a sua conclusão.

Parágrafo único - Esgotados os prazos sem que haja o infrator cumprido a obrigação, a Prefeitura providenciará a execução da obra ou serviço, observadas as formalidades legais, cabendo ao infrator indenizar o custo da obra, acrescido de 20% ao título de administração, prevalecendo para o pagamento o prazo e as condições do art. 23, parágrafo único.

Título II

Da venda de terrenos do Patrimônio Municipal

Capítulo I

Da venda em geral

Art. 29 - Os terrenos pertencentes ao Município e cuja divisão em lotes constar do plano de remodelação

e extensão da cidade e das vilas, aprovado na forma da lei, poderão ser vendidos nos termos deste título, salvo aqueles que o plano reservar a finalidades especiais, de interesse público.

Parágrafo único - Enquanto a cidade e as vilas não forem dotadas do plano previsto neste artigo, e extensão a que se refere este artigo, poderão os terrenos de propriedade do Município ser vendidos em conformidade com a planta cadastral existente, desde que não sejam necessários ao serviço público, e observadas as disposições deste Código.

Art. 26 - Os terrenos dos logradouros públicos, assim como qualquer dimensão de uso comum do povo, não poderão ser alienados, a não ser que condições particulares especiais os imponham à medida.

Parágrafo único - A alienação, nesse caso, somente poderá ser efetuada mediante lei especial que julgue as conveniências desse comércio para, transferindo-os para o domínio privado do Município.

Art. 27 - Os lotes a que se refere este título não terão área inferior a trezentos e trinta metros quadrados e, nas zonas suburbanas, frente inferior a 12 metros e superiores a 42,50 metros, salvo nas esquinas e travessas.

Art. 28 - Exceto na hipótese do art. 30, o proprietário interessado em vender mais de seis lotes, quer na zona urbana, quer na suburbana

Art. 29 - O adquirente é obrigado a construir dentro de dois anos, no mínimo, prazo e não fizer, ficará sujeito à multa anual de dez por cento (10%) sobre o valor da arrematação, nos primeiros dois anos que se seguirem, e de vinte por cento (20%) nos demais

Art. 30 - Com se tratando de construções que se destinem a fins industriais, culturais, desportivos ou de beneficiencia, poderá ser vendida área maior.

§ 1º - Na planta cadastral constarão as zonas reservadas para as construções de que trata o presente artigo.

§ 2º - No caso deste artigo, o arrematante pagará 10% do preço da arrematação, ao ser lavrado o respectivo auto, e o restante, em dez (10) prestações iguais, no prazo de vinte (20) meses.

§ 3º - Se as construções não forem concluidas findo o prazo de tres anos, ficarão os arrematantes sujeitos a multa anual de 10% (vinte por cento) sobre o valor dos terrenos, de acordo com a avaliação da época.

§ 4º - Não se fará a venda de lotes para as emprezas industriais, quando se trate de estabelecimentos que produzam ruidos, molestias, poeiras, inundações, explosões, desagradaveis e analogos inconvenientes.

Art. 31 - Em igualdade de condições com os demais licitantes, terão preferencia para a compra de lotes situados na zona suburbana, observadas as disposições dos artigos 28 e 30 deste Codigo, os pequenos trabalhadores rurais e operarios que preencherem os seguintes requisitos, até a lavratura do auto de arrematação:

a) forem operarios ou trabalhadores rurais;

b) tiverem boa conducta

c) nenhum debito com os cofres municipais.

§ 1º - A venda de lotes suburbanos far-se-á com a entrada inicial de vinte por cento (20%), com

cada prestação pagável em vinte (20) prestações mensais, iguais, contadas da data da arrematação.

§ 2º - O direito da preferencia poderá ser exercido até o momento da assinatura do auto de arrematação, mediante requerimento acompanhado dos documentos comprobatorios das condições enumeradas nas alineas a, b e c deste artigo.

Art. 32 - A Prefeitura fornecerá varios tipos de casas economicas com as necessarias requisitos de higiene, e fornecerá o respectivo projeto gratuitamente aos interessados.

Art. 33 - A concessão de que trata o artigo 31 é extensiva a qualquer funcionario publico com residencia no Municipio.

Art. 34 - As disposições deste codigo, relativas á venda de lotes, deverão constar da escritura.

Capitulo 2º

Da hasta publica para a venda

Art. 35 - Os lotes poderão ser vendidos em hasta publica.

Art. 36 - O prazo dado pela Prefeitura a relação dos lotes, será a hasta publica anunciada com a antecedencia de trinta dias pelo menos, por meio de editais afixados em lugares publicos e divulgados pela imprensa.

Art. 37 - Os editais deverão constar dia, hora e lugar da praça, relação dos lotes, situação, preço, condições para a construção, existencia de benfeitorias indenisaveis, valor dos melhoramentos e exigencias que o prefeito julgar conveniente.

Art. 38 - O valor dos lotes será determinado por dois avaliadores nomeados pelo Prefeito, que

deverão considerar a extensão da frente, área, condições topográficas e localização, bem como o valor dos lotes vizinhos.

Art. 39 - Em dia e hora indicados sob a presidência do Chefe do Serviço de Fazenda ou de funcionário designado pelo Prefeito, será posta em praça a venda dos lotes, anunciando-se um lote de cada vez, de acordo com as formalidades legais, e fazendo-se a venda a quem mais oferecer acima da avaliação.

§ 1º - Qualquer pessoa poderá licitar, por conta própria ou de terceiros, provando mandato, observadas as condições desta lei.

§ 2º - O arrematante pagará, no ato da arrematação, quarenta por cento (40%) do valor do lanço, ficando obrigado a entrar para os cofres municipais com o restante, ao ser lavrada a escritura, salvo o disposto no parágrafo 2º do art. 30 e parágrafo 1º do art. 31.

§ 3º - O arrematante ou comprador mencionado nos artigos 30 e 31 que tiver três prestações sucessivas em atraso, será pelo Prefeito notificado mediante carta registrada com recibo de volta ou entregue a domicílio com recibo no livro próprio, para dentro de (30) trinta dias, contados da ciência da notificação, regularizar aquelas prestações e o não fizer, perderá o direito ao lote.

§ 4º - Findo a praça, será lavrado termo do que ocorrer, assinado pelo funcionário que a presidir e pelos interessados.

Capítulo III

Dos lotes de fiadores

Art. 40 - Trata-se de lotes em que ha

ja construções as beneficiarias os compradores ficarão obrigados a indenizar os proprietários destas pelo preço da avaliação.

§ 1º - Em igualdade de condições com os demais licitantes os proprietários das benfeitorias terão preferencia na compra dos lotes.

§ 2º - O direito de preferencia a que se refere o paragrafo anterior poderá ser exercido até o momento da assinatura do auto de arrematação mediante requerimento que será ahi transcripto.

Art. 41 - O preço dos lotes edificados poderá ser a extensão que abrange benfeitorias nelles construidas.

Titulo III

Da Policia de Higiene e Saúde

Capitulo I

Disposições Geraes

Art. 42 - A policia sanitaria do municipio tem por finalidade prevenir, corrigir e reprimir os abusos que comprometam a higiene e saúde publica, e velar pela fiel observancia das disposições deste titulo, além de cooperar com as autoridades estaduaes na execução do Regulamento de Saude Publica do Estado e com as autoridades sanitarias federaes.

Art. 43 - A fiscalização sanitaria abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias publicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todas as casas onde se vendam bebidas, productos alimenticios, etc., dos hospitaes, necrotérios e cemiterios, e dos cortiços, estabulos e pocilgas.

Art. 44 - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionario competente um relatorio circunstanciado sugerindo medi

das ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Capítulo II

Da Higiene das Vias Públicas

Art. 45 – É ninguem é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo taes servidões.

Parágrafo único – O infrator incorrerá na multa de A.f. 2$000 a Rf. 100$000, conforme a gravidade da falta, salvo a obrigação de reparar o damno causado.

Art. 46 – Os moradores são responsáveis pela limpesa do passeio e sarjeta fronteiros á sua residencia.

Parágrafo único – Ficam os infratores desta disposição sujeitos ás multas de Af. 20$000 a Rf. 50$000 conforme a gravidade da falta.

Art. 47 – Para preservar, de maneira geral a higiene pública ficam terminantemente proibidos:

I – Lavar roupas em chafarizes, fontes ou fangas situados nas vias públicas;

II – Lançar escoamento de aguas servidas das residencias para a rua;

III – Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometter o asseio das vias públicas;

IV – Queimar, mesmo nos proprios quintaes, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar os visinhos;

V – Atirar nas vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI – Conduzir para a cidade, vilas ou povoados, sem os precisos cuidados, animaes de ...

lestias infecto-contagiosas, salvo com as indispensáveis precauções de higiene e para fins de tratamento.

Parágrafo único - As infrações deste artigo incorrerão em multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 1.000,00, conforme o caso.

Art. 48 - Todo aquele que, por qualquer forma, comprometer a pureza das aguas destinadas ao consumo público ou particular, incorrerá em multa de Cr$ 200,00 a Cr$ 500,00, além das sanções penais a que estiver sujeito pela legislação comum.

Art. 49 - O estabelecimento de indústrias que, pela emissão de fumaça, poeiras, odores ou ruidos molestos possam comprometer a salubridade dos centros populosos, só será permitido em áreas predeterminadas no plano de urbanismo da cidade.

Capitulo III

Da Higiene das Habitações

Art. 50 - A construção de prédios na cidade e vilas do Município obedecerá às exigencias do Código de Obras e, no que couber, às dos Regulamentos Sanitários.

Art. 51 - As residências urbanas ou suburbanas da cidade deverão ser caiadas e pintadas, de ... em ... anos no mínimo, salvo exigencias especiais das autoridades sanitárias.

Parágrafo único - As infrações deste artigo serão punidas com a multa de Cr$ 20,00

Art. 52 - O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas, metálicas, do tipo aprovado pela saúde pública do Estado, providas de tampas, para ser diariamente removido pelo serviço de limpeza pública.

§ 1º - A remoção do lixo será feita

pela Prefeitura.

§ 2º - Não serão considerados como lixo os resíduos de fabricas ou oficinas, galhos de arvores, resíduos de cocheiras ou estábulos, os quais serão transportados por conta do morador do prédio ou proprietário do estabelecimento.

Art. 53 - Nenhum prédio situado em via publica dotada de rêde de água e esgôtos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

Parágrafo único - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'agua, banheiras e privadas em número proporcional ao dos seus moradores, de acôrdo com os regulamentos sanitários.

Art. 54 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo único - As providencias para escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competirão aos respectivos proprietários, que as executarão dentro do prazo que lhes for marcado na intimação, excluindo-se dessa obrigação os pequenos proprietários reconhecidamente pobres, caso em que a Prefeitura executará o serviço por sua conta.

Art. 55 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, casas e terrenos.

§ 1º - Não é permitida a existencia de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, nos limites da cidade, das vilas e povoados.

§ 2º - Os infratores desta disposição terão o prazo de 5 a 10 dias, contado da data da inti-

mação para a necessária correção da irregularidade.
Não o fazendo, ficarão sujeitos á multa de Cr$ 100,00, além do pagamento das despesas decorrentes da que será feita pela Prefeitura.

Art. 56 - Não serão permitidas, nos limites da cidade, das vilas e dos povoados providos de rêde de abastecimento d'agua, a abertura e conservação de cisternas.

Art. 57 - A Prefeitura Municipal, procurando servir o interêsse público sem sacrificar o particular, adotará medidas convenientes no sentido de extinguir, gradativamente, as residencias insalubres, consideradas como tais as caracterizadas nos regulamentos em vigôr e especialmente as:

I - Edificadas sôbre terreno umido ou alagadiço;

II - Com comodos insuficientemente arejados ou iluminados;

III - Em que houver falta de esgoto geral no seu interior e dependencias;

IV - Com superlotação de moradores;

V - Cujos porões estejam simultaneamente de habitação para homens e depósito de materiais de facil decomposição ou de habitação para homens e animais em promiscuidade;

VI - Que não disponham de abastecimento d'agua suficiente e das indispensaveis instalações sanitarias.

Art. 58 - Serão vistoriadas pelo funcionario, que para tal for designado, as habitações insalubres, afim de se verificar:

I - Aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade,

caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuar prontamente os reparos devidos, podendo fazê-los sem desatisfazê-los.

II - Os que, por suas condições higienicas, estado de conservação ou defeito de construção, não puderem servir de habitação sem grave prejuizo para a segurança e saúde Pública.

§ 1º - Nesta ultima hipotese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio em praso fixado pela Prefeitura, sob pena de multa estabelecida no art. 89, não podendo reabrilo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º - Quando não for possivel a remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construido ou outra causa equivalente, será o prédio interditado e definitivamente condenado.

§ 3º - O prédio interditado não poderá ser utilizado para qualquer mistér.

Art. 88 - Os infratores dos artigos 86 e 87 incorrerão na multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 500,00, de acôrdo com a gravidade da falta.

Capitulo IV

Da Higiene da Alimentação

Art. 89 - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitarias do Estado, severa fiscalisação sobre a produção, o comercio e o consumo dos generos alimenticios em geral.

Paragráfo unico - Para os efeitos deste Código, e de acordo com o regulamento de saúde pública do Estado, consideram-se generos alimenticios todas as substancias, solidas ou liquidas, destinadas

a ser ingeridos pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 61 — É proibido vender ou expor à venda, em qualquer época do ano, frutas verdes, podres ou mal amadurecidas, bem como legumes deteriorados, sob pena de multa, apreensão e inutilização dos mesmos.

Art. 62 Não será permitida a venda de quaisquer generos alimentícios deteriorados, falsificados ou nocivos a saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

Parágrafo única — Se julgar necessário, o funcionário encarregado da fiscalização solicitará ao Prefeito que se requisite a presença da autoridade policial, intimando-se o comerciante para assistir à remoção e inutilização do material apreendido.

Art. 63 — O fabricante de bebidas ou de quaisquer produtos alimentícios que empregar substancias ou processos nocivos a saúde pública, perderá os produtos fabricados ou em fabricação, os quais serão inutilizados, além de incorrer na multa de Cr$ 100,00, a Cr$ 500,00. Na reincidencia, poderá ser cassada a licença para o funcionamento da fábrica.

Art. 64 A mesma penalidade do art. anterior está sujeito o fabricante ou comerciante de bebidas ou produtos alimentícios que, por qualquer processo, adultera-los ou falsifica-los.

Art. 65 — Incorrerá na mesma penalidade do art. 63 o comerciante que, tendo conhecimento da falsificação, vender ou expuser à venda produtos falsificados ou adulterados.

Art. 66 — Os edifícios, utensílios e vasilhames das padarias, hotéis, cafés, restaurantes, confeita-

pias e demais estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam generos alimenticios, serão conservados sempre com o máximo asseio e higiene, de acordo com as exigencias do regulamento sanitario do Estado.

Art. 67 - Nos salões de barbeiros e cabeleireiros todos os utensilios utilizados ou empregados no corte e penteado dos cabellos e da barba deverão ser esterilizados antes de cada aplicação, sendo obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Paragrafo unico. Os oficiais ou empregados usarão, durante o trabalho, blusas brancas apropriadas, rigorosamente limpas.

Art. 68 - Nenhuma licença será concedida para instalação de barbearias, cafés, hoteis, restaurantes, confeitarias e congêneres, sem que os mesmos sejam dotados de aparelhamentos de esterilização.

Art. 69 - Os infratores do disposto nos arts. 61, 62, 66 e 67 incorrerão na multa de Bef 20,00 a Bef 200,00.

Titulo IV

Da policia de costumes, Segurança e Ordem Publica

Art. 70 - A Prefeitura exercerá, em cooperação com os poderes do Estado, as funções de Policia de sua competencia, regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança públicas.

Capitulo I

Dos costumes e da tranquilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos

Secção I

Da moralidade e do sossego público

Art. 71 - Não serão permitidos banhos nos rios, corregos ou lagoas, da cidade, vilas e povoados. Poderá ser designado local proprio para banhos ou

esportes náuticos, devendo as pessoas que neles tomarem parte apresentarem-se com trajes apropriados e de modo decente.

Parágrafo único - Esta disposição deverá ser observada nos clubes onde existam departamentos náuticos, sob pena da multa estabelecida no art. 75 e cassação da licença de funcionamento.

Art. 72 - Os casas de comércio não poderão expor em suas (gravuras) vitrinas gravuras, livros ou escritos obscenos, sujeitando-se os infratores a multa sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 73 - Os proprietários de bares, tavernas e demais estabelecimentos em que se venderem bebidas alcoólicas serão responsáveis pela boa ordem dos mesmos.

Parágrafo único - Os desacatos porventura verificados nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento, nas reincidências.

Art. 74 - É expressamente proibido, sob pena de multa:

I - perturbar o sossêgo público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

a) os de motores de explosão desprovidos de silenciadores ou com estes em mau estado de funcionamento.

b) os de buzinas, sirenes, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

c) a propaganda realizada com altos falantes, bandas de música, tambores, cornetas, fanfarras, etc, sem prévia licença da Prefeitura;

d) os morteiros, bombas, bombinhas,

e demais fógos ruidosos, sem licença da Prefeitura,

e) - Os produtidos por arma de fógo,

f) - Apitos ou silvos de sereias, de fábricas, máquinas, cinemas, etc, por mais de 30 segundos ou depois de 22 horas;

II - Promover batuques congados e outros divertimentos com generos na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares.

Art. 73 - Os infratores das disposições dos arts. 71 a 74 incorrerão em multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00.

Secção II

Da Mendicância

Art. 76 - Só será tolerada a mendicancia até que esteja satisfatóriamente resolvido o problema de assistencia social no Municipio.

Art. 77 - Será considerado mendigo o individuo maior que provadamente necessitar de esmolas, por não dispor de recurso algum, não poder ganhar a vida pelo trabalho e não ter parentes com obrigação de prestar-lhe alimentos, nos têrmos da lei.

Art. 78 Nenhum individuo poderá pedir esmolas sem apresentar o cartão de identidade fornecido gratuitamente pela Prefeitura ou a autoridade policial, aos que forem inscritos em livro próprio da Municipalidade ou da delegacia policial.

Parágrafo único - Não estão compreendidas na proibição deste artigo as pessoas que esmolarem para casas de caridade ou instituições de beneficencia.

Art. 79 - Só será feita a inscrição de mendigos naturais do Município ou que nele tenham residencia a mais de dois anos.

Parágrafo único - Feita a inscrição será fornecido ao mendigo o cartão de identidade, a que se refere o art. 78.

Art. 80 - Será encaminhado a autoridade policial todo individuo que fôr encontrado a mendigar sem estar inscrito pela forma indicada nos arts. anteriores.

Parágrafo único - Considerado mendigo, será devidamente inscrito, salvo se não fôr natural do Município ou neste não residir a mais de dois anos, hipotese em que será reconduzido á séde do Municipio de sua naturalidade ou de onde haja procedido.

Secção III

Dos Divertimentos Publicos

Art. 81 - Divertimentos publicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias publicas, ou em recinto fechado, de livre acesso ao publico, mediante pagamento, ou não, de entrada.

Art. 82 - Nenhum divertimento publico poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Art. 83 - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruido com a prova de terem sido satisfeitas as exigencias regulamentares referentes á construção e higiene do edificio, e precedida a vistoria policial.

Parágrafo único - Sempre que couber será tambem exigida a prova de pagamento

de direitos autorais, na forma da lei federal.

Art. 84 - Para a armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de Cr$ 1.000,00, para garantia de despêsas com a eventual recomposição do logradouro.

Parágrafo único - O depósito será restituido integralmente se não houver necessidade de reparos. Em caso contrario, serão deduzidos do mesmo as despesas feitas com a recomposição.

Art. 85 - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - As portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público, em caso de emergencia;

II - Durante os espetáculos, deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas.

III - Haverá instalações independentes para homens e senhoras.

Art. 86 - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - só poderão funcionar em parimentos térreo;

II - os aparelho de projeção ficarão em cabines, de fácil saida, construidas de materias incombustiveis;

III - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incendios, sendo obrigatoria a adoção de aparelhos extintores de fogo instalados na cabine e na sala de projeção.

Art. 87 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetaculos serão reservados quatro lugares destinados ás autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalisação.

Art. 88 - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado, e em numero excedente á lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetaculos.

Art. 89 - Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetaculos iniciar-se depois da hora marcada.

Paragrafo único - Em caso de modificação do programa ou transferencia de horario, o empresario devolverá aos espectadores o preço da entrada.

Art. 90 - As disposições do artigo anterior aplicam-se tambem ás competições esportivas para as quais se exigir pagamento de entradas.

Art. 91 - É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar agua ou outra substancia a que possa molestar os transeuntes.

Paragrafo unico - Fora dos tres dias destinados aos festejos do carnaval, a ninguem é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias publicas, salvo autorisação especial das autoridades competentes.

Art. 92 - Os empresarios ou promotores de divertimentos publicos serão responsaveis pela fiel observancia das disposições constantes dos artigos 82 a 91, sendo punidos, nas infrações,

com multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 300,00 conforme o caso.

Capitulo II

Da segurança e ordem públicas

Secção I

Das construções em geral

Art. 93 - Os predios ou construções de qualquer natureza que por mau estado de conservação ou defeito de execução, ameaçarem ruina, oferecendo perigo ao publico, serão reparados ou demolidos pelos proprietarios, mediante intimação da Prefeitura.

§ 1º - Será multado em Cr$ 200,00 o proprietario que, dentro do prazo marcado na intimação, não fizer a demolição ou reparação determinadas.

§ 2º - Não cumprindo o proprietario a intimação, a Prefeitura interditará o predio ou construção se o caso for de reparo e até que este seja realisado; se o caso for de demolição, a Prefeitura procederá a esta mediante ação judicial.

§ 3º Em qualquer dos casos previstos no paragrafo precedente, as despesas que a Prefeitura realizar correrão por conta do proprietario.

Art. 94 - Nos predios que estejam localisados fora do alinhamento do logradouro e que, em virtude da execução do plano diretor, devam ser oportunamente desapropriados, não serão permitidas reformas, modificações ou consertos, que importem em maior ônus na execução do referido plano, salvo as benfeitorias na forma da lei.

Paragrafo unico - A proibição de que trata este artigo não se estende a pintura

dos prédios e nem a pequenos consertos nas instalações de água, esgotos e eletricidade.

Art. 95 - O processo relativo a condenação de prédio em construção, nos termos do art. 93, deverá observar as seguintes condições:

I - Comunicação da Prefeitura ao proprietário de que o prédio vai ser vistoriado;

II - Lavratura, após a vistoria, de termo em que se declarará condenado o prédio, se essa medida for julgada necessária, a vistoria poderá ser realizada, a juízo do Prefeito, por um só perito, ou por uma comissão de três, da qual faça parte um indicado pelo proprietário;

III - Em seguida, expedição de notificação, mediante recibo, ao proprietário. Recusando-se este a firmar o recibo será feita declaração do ato perante duas testemunhas.

§ 1º - Desta decisão poderá o proprietário interpor recurso dentro de 20 dias, a partir da intimação.

§ 2º - No caso de interposição de recurso, será constituída uma comissão arbitral, que julgará o caso, correndo as despesas, se as houver, por conta da parte vencida.

Art. 96 - Em caso de obra que, logo depois de concluída, ameaçar ruína, por qualquer defeito de construção ou de ordem técnica, a Prefeitura representará ao órgão competente para efeito de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 97 - Tudo que constitua perigo para os cidadãos ou a propriedade pública ou particular será removido pelo seu proprietário ou responsável, dentro do prazo de 10 dias contado da

intimação pela Prefeitura.

Parágrafo único - Se o proprietário ou responsável não cumprir a intimação, será multado em Cr$ 50,00, além de sujeitar-se às despesas de remoção, feita pela Prefeitura.

Secção II

Da numeração dos prédios

Art. 98 - A numeração dos prédios far-se-á atendendo-se às seguintes normas:

I - O número de cada prédio corresponderá à distancia em metros, medida sobre o eixo do logradouro público, desde o início deste até o meio da soleira do portão ou porta principal do prédio.

II - Fica entendido por eixo do logradouro a linha equidistante em todos os seus pontos do alinhamento deste.

III - Para efeito de estabelecimento do ponto inicial a que se refere o item I, obedecer-se-á ao seguinte sistema de orientação: as vias públicas cujo eixo se colocar, sensivelmente, nas direções norte-sul ou leste-oeste, serão orientadas, respectivamente de norte para o sul e de leste para oeste, as vias públicas que se colocarem em direção diferente das acima mencionadas, serão orientadas do quadrante noroeste para o quadrante sudeste e do quadrante nordeste para o quadrante sudoeste.

IV - A numeração será par a direita e impar a esquerda do eixo da via pública.

V - Quando a distancia em metros, de que trata este artigo não for o número inteiro, adotar-se-á o inteiro imediatamente superior.

Art. 99 - O numero correspondente a cada prédio será gravado em algarismos brancos em placa que será afixada na fachada do prédio, de acordo com o § 2º do art. 102.

Parágrafo único - As placas de que trata este artigo terão forma retangular, de dimensões de 0,11m (decimetro e centimetros) por 0,09m (nove centimetros) e serão de ferro esmaltado com fundo azul.

Art. 100 - Sómente a Prefeitura poderá colocar, remover ou substituir as placas de numeração, do tipo oficial, cabendo ao proprietário a obrigação de conservá-las.

Art. 101 - Os proprietários de prédios numerados pelo sistema adotado ficarão sujeitos ao pagamento da taxa de Cr$ . . . . . , correspondente ao preço da placa e sua colocação.

§ 1º - O pagamento de que trata este artigo será feito dentro de trinta (30) dias a contar da data da publicação do aviso, determinado as ruas em que será executado o emplacamento dos prédios.

§ 2º - A numeração dos novos prédios e das respectivas habitações será designada por ocasião do processamento da licença para a construção, sendo tambem paga, na ocasião, a taxa de numeração.

§ 3º - Sendo necessario novo emplacamento por extravio ou inutilisação de placas anteriormente colocadas, será exigido novamente o pagamento da taxa de que trata este artigo.

Art. 102 - Todos os prédios existentes ou que vierem a ser construidos nas cidades, vilas e

provados serão obrigatoriamente numerados de acordo com os dispositivos constantes dos artigos desta secção e seus parágrafos.

§ 1º - É obrigatoria a colocação da placa de numeração do tipo oficial com o numero designado pela Prefeitura.

§ 2º - É facultativa a colocação da placa artistica com o numero designado, sem dispensa, porem, da colocação e manutenção da placa de tipo oficial que deverá ser colocada em logar visivel, no muro do alinhamento, na fachada ou outra qualquer parte entre o muro de alinhamento e a fachada, não podendo ser colocada em ponto que fique a mais de 2,50m acima do nivel da soleira do alinhamento e a distancia maior de 10,00m em relação ao alinhamento.

§ 3º - A entrada das "vilas" receberá o numero que lhe couber pela sua posição no logradouro publico, devendo as casas do interior das "vilas" receber numeros romanos.

§ 4º - Quando existir mais de uma casa no interior do mesmo terreno, ou se tratar de casas geminadas, cada habitação deverá receber numeração propria, com a referencia, sempre, porem, á numeração da entrada do logradouro publico.

§ 5º - Quando o prédio de terreno alem da sua entrada principal tiver entrada por outro logradouro, o proprietario, poderá requerer a numeração suplementar.

§ 6º - A Prefeitura, procederá, em tempo opportuno, á revisão da numeração nos logradou-

nos cujos imóveis não estejam numerados de acordo com o disposto nos artigos e paragrafos anteriores, bem como dos que apresentarem defeito de numeração.

Art. 103 - É proibida a colocação de placa de numeração com numero diverso do que tenha sido oficialmente indicado pela Prefeitura ou que importe na alteração da numeração oficial.

Art. 104 - Os infratores das disposições desta Secção ficam sujeitos a multa de Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), cobrada em dobro em caso de reincidencia.

Secção III

Das vias e logradouros publicos

Art. 105 - Todas as ruas, avenidas, travessas ou praças publicas, serão alinhadas e nivelladas, em conformidade com o plano diretor preestabelecido.

Parágrafo unico - O alinhamento e nivelamento abrangerão tambem o prolongamento das vias públicas já existentes e a abertura de novas, segundo o permitam as condições do terreno e de forma a assegurar o desenvolvimento máximo da área povoada.

Art. 106 - Nenhuma rua, avenida, travessa ou praça poderá ser aberta sem prévio alinhamento e nivelamento autorizados pela Prefeitura, observado o plano diretor.

Art. 107 - Os cruzamentos de novas ruas ou avenidas serão de preferencia em angulo réto, salvo quando se tratar de prolongamento de outras já existentes.

Art. 108 - A Prefeitura, sempre que jul-

gar necessaria a abertura, alargamento ou prolongamento de qualquer via ou logradouro público, poderá promover acordo com os proprietários dos terrenos marginais no sentido de obter o necessario consentimento para a execução do serviço, quer mediante pagamento das benfeitorias e do terreno, quer independentemente de qualquer indenização.

Parágrafo único — No caso de não assentimento ou oposição, por parte do proprietário, á execução do plano diretor, a Prefeitura promoverá, nos termos da legislação vigente, a desapropriação da área que julgar necessária.

Art. 109 — A Prefeitura procederá á nomenclatura e emplacamento das ruas, avenidas e praças.

Art. 110 — Compete a Prefeitura a execução dos serviços de calçamento, arborisação e conservação das ruas e praças, assim como a construção e conservação dos jardins e parques públicos.

Art. 111 — A Prefeitura organisará periódicamente uma relação das ruas ou trechos de ruas que tenham mais de um terço dos lotes edificados, bem como o orçamento para o respectivo calçamento, classificando-as segundo a sua localisação, intensidade de transito e o valor das edificações nelas existentes.

Art. 112 — É facultado aos proprietários marginais de qualquer trecho de rua requerer á Prefeitura a execução imediata do calçamento, mediante satisfação integral do preço orçado para a pavimentação.

Art. 113 — Não é permitido fazer aber-

turas no calçamento ou escavações nas vias públicas, senão em casos de serviço de utilidade pública, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Parágrafo único - Ficará a cargo da Prefeitura a recomposição da via pública, correndo, porem, a despesa por conta daquele que houver dado causa ao serviço.

Art. 114 - Qualquer serviço de abertura de calçamento ou escavações na parte central da cidade só poderá ser feito em horas préviamente determinadas pela Prefeitura.

Art. 115 - Sempre que da execução do serviço resultar a abertura de valas que atravessem os passeios, será obrigatória adoção de uma ponte provisória, afim de não prejudicar ou interromper o trânsito.

Art. 116 - As firmas ou empresas que, devidamente autorizadas, fizerem escavações nas vias públicas, ficam obrigadas a colocar taboletas convenientemente dispostas, com aviso de transito impedido ou perigo, e colocar nesses locais sinais luminosos vermelhos durante a noite.

Art. 117 - A abertura de calçamento ou as escavações nas vias publicas deverão ser feitas com as precauções devidas, de modo a evitar danificações nas instalações subterrâneas ou superficiais de eletricidade, telefone, agua e esgotos correndo por conta dos responsáveis as despesas com a reparação de quaisquer danos consequentes da execução dos serviços.

Art. 118 - Correrá por conta da Prefeitura o serviço de capinação e varredura das

ruas e avenidas e praças, bem como a remoção do lixo destas e das habitações. Compete aos proprietários, inquilinos ou responsáveis, a remoção dos resíduos outros que não o lixo das habitações tais como: galhos de árvores ou folhas resultantes da poda e asseio dos jardins e quintais, estrumes das cocheiras ou estábulos e outros resíduos das fábricas e oficinas.

Art. 119. Sob pena de multa, ficam os donos ou empreiteiros de obras, uma vez concluídas estas, obrigados a pronta remoção dos restos de materiais ou quaisquer objetos deixados nas vias públicas.

Art. 120. A remoção do lixo das habitações, bem como a varredura das vias públicas, serão feitas em horas determinadas pela Prefeitura, e que melhor consultarem aos interesses da Saude Pública.

Art. 121. Os proprietários ficam obrigados a manter os prédios e muros em bom estado de conservação nos lados que dão para as vias públicas, bem como aparar as arvores de seus quintais ou jardins guardo as mesmas avançarem para a rua.

Parágrafo único. Para a necessaria remoção do lixo, os proprietários ou inquilinos deverão deposita-lo junto aos portões de suas residencias, em caixas ou latas apropriadas, pela manhã e em dias préviamente designados para a coleta.

Art. 122. As infrações das disposições contidas nesta Secção serão punidas com as multas de Bef 20,00 ao de Bef 100,00 elevadas ao

dobro nos casos de reincidencia.

Secção IV

Do Empachamento

Art. 123 - A colocação, nas vias publicas, de cartazes, placas, letreiros ou anuncios, para fins de publicidade ou propaganda de qualquer especie, depende de prévia autorisação da Prefeitura, ressalvada em qualquer hipotese a propriedade particular.

Art. 124 - Os pedidos de licença para a publicação ou propaganda a que se refere o artigo precedente devem conter:

a) - indicação dos locaes em que serão colocados;

b) - natureza do material de confecção;

c) - dimensões;

d) - inscripções e dizeres;

Art. 125 - Tratando-se de anuncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar:

a) - systema de illuminação a ser adoptado;

b) - tipo de illuminação, se fixa, intermittente ou movimentada;

c) - discriminação das faixas luminosas e não luminosas do anuncio e das côres empregadas.

Parágrafo único - Os anuncios luminosos serão colocados a uma altura minima de 2,50 mts. acima do passeio.

Art. 126 - Não será permittida a colocação de anuncios ou cartazes quando:

a) - obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas e janellas e respectivas bandeiras;

b) - pelo seu numero e má distribui-

ção possam prejudicar o aspecto das fachadas;

c)- pintados diretamente sobre muros e fachadas.

d)- sejam ofensivos á moral ou contenham dizeres desfavoraveis a individuos, crenças e instituições.

Art. 127- Além das proibições a que se refere o artigo precedente, não será permitida a colocação de anuncios de natureza permanente:

a)- nos terrenos baldios da zona central da cidade;

b) quando prejudiquem o aspecto paisajistico ou a perspectiva panoramica.

c)- sob muros, muralhas e gradis de parques e jardins.

d)- nos edificios públicos.

Art. 128- Não serão permitidos os anuncios ou reclames que, por qualquer motivo, acarretem prejuizos á população e á limpesa pública.

Art. 129- A colocação de mastros nas fachadas é permitida sem prejuizo da estetica das fachadas e da segurança pública.

Art. 130- Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

a)- apresentarem perfeitas condições de segurança.

b)- terem a largura do passeio, até o maximo de dois metros.

c)- não causarem danos ás arvores aparelhos de iluminação e redes telefonicas e de distribuição de energia eletrica.

d)- garantirem a necessaria segurança dos operarios, com relação ás redes de energia eletrica.

Art. 131- Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias publicas, poderá dispensar o tapume provisório que deverá ocupar uma faixa de largura, no maximo, igual á metade da do passeio.

Parágrafo único- Dispensa-se o tapume quando:

a)- Tratar-se de construção ou reparo de muros ou gradis com a altura maxima de dois metros.

b)- Tratar-se de pinturas ou pequenos reparos em edificios.

c)- fôr construido estrado elevado com anteparos fechados com altura minima de 0,60 m inclinados aproximadamente de 45 graus para fóra.

Art. 132- Poderão ser armados coretos provisórios nos logradouros públicos para festividades religiosas, civicas ou de caráter popular, desde que se observe as condições seguintes:

a)- aprovação da Prefeitura á sua localisação;

b)- não perturbarem o transito publico.

c)- não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das aguas pluviais, correndo por conta dos responsaveis pelas festividades o estragos por ventura verificados.

d)- serem removidos no prazo maximo de 24 horas, a contar do encerramento

dos festejos.

Art. 133 - As bancas para venda de jornais e revistas satisfarão às seguintes condições:

a) - forem sua localização aprovada pela Prefeitura;

b) - apresentarem bom aspecto quanto a sua construção.

c) - não perturbarem o transito público;

d) - serem de facil remoção.

Art. 134 - Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edificio, desde que fique livre para o transito público uma faixa do passeio de largura minima de 2,50 metros.

Parágrafo único - A concessão da necessaria licença pela Prefeitura será precedida do pagamento da taxa respectiva.

Art. 135 - A instalação de postes de linhas telegraficas, telefonicas e de força e luz bem assim a colocação de caixas postais extintores de incendio, etc, nas vias públicas, dependem de autorisação da Prefeitura.

Parágrafo único - Não será permitida a instalação de postes de linhas telegraficas, telefonicas ou de força e luz na parte central do logradouro, salvo se houver refugio central.

Art. 136 - Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promoverem e custear a respectiva arborização, mediante aprovação pela Prefeitura da respectiva planta.

Art. 137 - Nas arvores dos logradouros

públicos não será permitida a colocação de cartazes e anuncios, nem a fixação de cabos ou fios.

Art. 138 - As infrações das disposições contidas nesta Secção serão punidas com as multas de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00, elevadas ao dobro nos casos de reincidencia.

Secção V

Das estradas e caminhos públicos

Art. 139 - As estradas e caminhos a que se refere esta secção são os que se destinam ao livre transito público, construidos ou conservados pelos poderes administrativos.

Parágrafo único - São municipais as estradas e caminhos construidos ou conservados pela Prefeitura e situados no territorio do Municipio.

Art. 140 - Quando necessaria a abertura, alargamento ou prolongamento da estrada, a Prefeitura promoverá acordo com os proprietarios dos terrenos marginais, para obter o necessario consentimento, com ou sem indenização.

(Parágrafo único - Não sendo possivel o ajuste amigavel, a Prefeitura promoverá acordo com os proprietarios dos terrenos marginais, para obter o necessario consentimento, com ou sem indenização)

Paragrafo único - Não sendo possivel o ajuste amigavel, a Prefeitura promoverá a desapropriação por utilidade publica, nos termos da legislação em vigor.

Art. 141 - Na construção de estradas municipais observar-se-ão as seguintes condições:

a) - largura total mínima de 8 metros, sendo de 6 metros a largura mínima da pista;

b) - rampa máxima de 10%;

c) - raio de curva mínimo de 30 metros.

Parágrafo único - Tratando-se de caminhos a largura mínima será de 6 metros compreendidas as faixas laterais de proteção.

Art. 142 - Sempre que os municípios representarem à Prefeitura sobre a conveniência de abertura ou modificação de traçado de estradas e caminhos municipais, deverão instruir a representação com memorial justificativo.

Art. 143 - Para mudança, dentro dos limites de seu terreno, de qualquer estrada ou caminho público, deverá o respectivo proprietário requerer a necessária permissão à Prefeitura, juntando ao pedido projeto do trecho a modificar-se e um memorial justificativo da necessidade e vantagens.

Parágrafo único - Concedida a permissão, o requerente fará a modificação a sua custa, sem interromper o tranzito, não lhe existindo direito a qualquer indenização.

Art. 144 - Os proprietários dos terrenos marginais das estradas ou caminhos públicos não poderão, sob qualquer pretexto, fechá-los, danificá-los, diminuir-lhes a largura, impedir ou dificultar o tranzito por qualquer meio, sob pena de multa e obrigação de repor a via pública no seu estado primitivo, no prazo que lhes for marcado.

Parágrafo único - Não fazendo o infrator a reconstrução, a Prefeitura a promoverá cobrando-lhe as despesas efetuadas.

Art. 145 – Os proprietarios dos terrenos marginais não poderão impedir o escoamento das aguas de drenagem de estradas e caminhos para sua propriedade.

Art. 146 – É proibido, nas estradas de rodagem do Municipio, o transporte de madeiras a rasto e o transito de veiculos de tração animal, a menos que sejam estes de eixo fixo e tenham as rodas aros de 10 centimetros de largura.

Art. 147 – Serão aplicadas as multas de Cr$ 50,00 a Cr$ 500,00 nos seguintes casos de infração, elevadas ao dobro nas reincidencias, além das responsabilidades criminal que couber:

I – estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos, sem prévia licença da Prefeitura;

II – colocar tranqueiras ou porteiras nas estradas e caminhos publicos sem prévio consentimento da Prefeitura;

III – impedir o escoamento de aguas pluviais das estradas e caminhos públicos para os terrenos marginais;

IV – transitar ou fazer transitar nas estradas de rodagem do municipio, carros de bois, carroças ou carrocões, que não satisfaçam as condições estabelecidas no artigo 146;

V – arrastar paus ou madeiras pelas estradas de rodagem do municipio;

VI – danificar ou arrancar marcos quilometricos e sinais de transito existentes nas estradas;

VII – danificar, de qualquer modo, as estradas de rodagem e os caminhos públicos

Secção VI

Dos tapumes e fechos divisórios

Art. 178 - Serão comuns os tapumes divisórios entre propriedades urbanas ou rurais, devendo os proprietários dos imoveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do art. 588 do Código Civil.

§ 1º - Os tapumes divisórios de terrenos rurais, salvo acôrdo expresso entre os proprietarios, serão constituidos por:

I - cercas de arame farpado, com tres fios, no minimo de um metro e quarenta centimetros de altura;

II - telas de fio metálico resistente, com altura de 1m,50;

III - cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes.

IV - valos, quando o terreno no local não for suscetivel de erosão, com dois metros de profundidade, dois metros de largura na boca e 0m,50 de base.

§ 2º - Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou detentores a construção e conservação dos tapumes para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam tapumes especiais.

§ 3º - Os tapumes especiais a que se refere o parágrafo anterior serão feitos do seguinte modo:

I - por cerca de arame farpado, com dez fios no minimo, e altura de 1m,60;

II - por muros de pedras ou de tijolos, de 1m,30 de altura;

III - por telas de fio metálico resistente, com malha fina;

IV – por sebes vivas e compactas que impeçam a passagem de animais de pequeno porte.

Art. 149 – Será aplicada a multa de Cr$ 3.900 a Cr$ 7.800,00, elevada ao dobro na reincidência:

I – ao proprietário que fizer tapumes em desacordo com as normas fixadas no artigo anterior;

II – a todo aquele que danificar, por qualquer meio, tapumes existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Secção VII

Do trânsito público

Art. 150 – É proibido embaraçar, ou impedir por qualquer meio o livre trânsito nas estradas e caminhos públicos, bem como nas ruas, praças e passeios da cidade, vilas e povoados do Município.

Parágrafo único – Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

Art. 151 – Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, de modo a não embaraçar o trânsito, pelo tempo estritamente necessário a sua remoção, na superior a 12 horas.

Art. 152 – Não será permitida a preparação de rebocos ou argamassas nas vias públicas, senão na impossibilidade de fazê-la no interior do prédio ou terreno. Neste caso só poderá ser utilizada a área correspondente à metade da largura do passeio.

Art. 153 – É absolutamente proibido nas

ruas da cidade, das vilas e povoados do Município:

I – conduzir animais ou veículos de tração animal em disparada;

II – domar animais ou fazer provas de equitação;

III – conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

IV – conduzir ou conservar animais sobre os passeios;

V – amarrar animais em postes, arvores, grades ou portas.

VI – conduzir, a rastos, madeiras ou quaisquer outros materiais volumosos e pesados;

VII – conduzir carros de bois sem guieiros;

VIII – armar quiosques ou barraquinhas sem licença da Prefeitura;

IX – atirar quaisquer corpos ou detritos que possam ser nocivos ou incomodar os transeuntes.

Art. 154 – Todo aquele que danificar ou retirar sinais colocados nas vias públicas para advertencia de perigo ou impedimento do transito será punido com multa, alem da responsabilidade criminal que couber.

Art. 155 – As infrações dos dispositivos constantes dos artigos deste Secção serão punidas com multas de Lrf 50,00 a Lrf 500,00, elevados ao dobro nas reincidências.

Secção VIII

Dos inflamaveis e explosivos

Art. 156 – No interesse publico a Prefeitura fiscalisará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 157 – São considerados inflamaveis entre outros: fósforo e materiais fosforados; gasolina

e demais derivados do petróleo, éteres, álcoois, aguardente e óleos em geral; carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos.

Consideram-se explosivos, entre outros: fogos de artifício, nitroglicerina, seus compostos e derivados; pólvora; algodão-pólvora; espoletas e estopins; fulminatos, cloratos, formiatos e congeneres; cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 158 - É absolutamente proibido, sujeitando-se os transgressores á multa de Cr$ 500,00

I - fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II - manter depósito de substancias inflamaveis ou de explosivos sem atender ás exigencias legais, quanto a construção e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias publicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - Aos varejistas é permitido conservar em comodos apropriados em seus armazens e lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença, de material inflamavel ou explosivo que não ultrapassar a venda provavel em 20 dias.

§ 2º - Os foguetéiros e exploradores de pedreiras poderão manter deposito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distancia minima de 250 metros de habitação mais proxima e a 150 metros das ruas ou estradas. Se as distancias a que se refere este paragrafo, forem superiores a 500 metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 159 - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construidos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura, de acordo com os dispositivos e normas estabelecidos no Código de Obras do Municipio.

§ 1º - Os depósitos de explosivos ou inflamaveis, compreendendo todas as dependencias e anexos, inclusive casas de residencias dos empregados, que se situarão a uma distancia minima de 100 metros dos depósitos; serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incendio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§ 2º - Todas as dependencias e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamaveis serão construidos de material incombustivel, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e sarrafos.

Art. 160 - A exploração de pedreiras depende de licença da Prefeitura, e quando nela for empregado explosivo, este será exclusivamente do tipo e especie mencionados na respectiva licença.

Art. 161 - Não será concedida licença para exploração de pedreiras, com emprego de explosivos, nos centros povoados e, fora destes, numa distancia inferior a 200 metros que qualquer habitação ou abrigo de animais, ou em local que possa oferecer perigo ao público.

Art. 162 - Para exploração de pedreiras com explosivos será observado o seguinte:

I - colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pe-

transeuntes a, pelo menos, 100 metros de distancia.

II_ adoação de um toque convencional e outro prolongado dando o sinal de fogo.

Art. 163_ Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§_1º_ Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veiculo, explosivos e inflamáveis.

§_2º_ Os veiculos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas alem do motorista e ajudantes.

Art. 164_ É vedado, sob pena de multa, além da responsabilidade criminal que couber:

I_soltar balões, fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueiras, nos logradouros públicos sem prévia licença da Prefeitura, a qual só será concedida por ocasião de festejos, indicando-se para isso, quando conveniente, locais apropriados.

II_utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perimetro da cidade, vilas e povoados do Municipio.

III_fazer fojos ou armadilhas com armas de fogo sem colocação de sinal visivel para advertencia aos passantes ou transeuntes.

Art. 165_ Fica sujeita a licença especial da Prefeitura a instalação de bombas de gasolina e de depositos de outros inflamaveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietarios.

§1º_ O requerimento de licença indicará o local para a instalação, a natureza do inflama-

veis, e será instruido com a planta e descrição minuciosa das obras a executar.

§ 2º - O Prefeito poderá negar a licença e reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba prejudica, de algum modo, a segurança pública.

§ 3º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigencias que julgar necessarias o interesse da segurança.

§ 4º - E expressamente proibida a instalação de bombas de gasolina e postos de óleo no interior de quaisquer estabelecimentos, salvo se estes se destinarem exclusivamente a esse fim.

Art. 166 - Os depósitos de inflamaveis em geral, compreendendo todas as dependencias e anexos, serão dotados de instalações completas para combate ao fogo, conservadas em perfeito estado de funcionamento.

Art. 167 - O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipientes apropriados, hermeticamente fechados, devendo a alimentação dos depósitos subterrâneos realisar-se por meio de mangueiras ou tubos adequados, de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes de transporte para o depósito.

§ 1º - O abastecimento de veiculos será feito por meio de bombas ou por gravidade, devendo o tubo alimentador ser introduzido diretamente no interior do tanque do veiculo.

§ 2º - E absolutamente proibido o abastecimento de veiculos ou quaisquer recipientes, nos postos, por qualquer processo de despejo livre dos inflamáveis, sem o emprego de mangueiras.

§ 3º - Para depósito de lubrificantes, nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados à prova de poeira e adotados dispositivos que permitam a alimentação dos depósitos dos veículos sem qualquer extravazamento.

Art. 168 - Nos postos de abastecimento onde se fizerem também limpeza, lavagem e lubrificação de veículos esses serviços serão feitos no recinto dos postos, que serão dotados de instalações destinadas a evitar a acumulação de água e resíduos de lubrificantes no solo ou seu escoamento para os logradouros públicos.

Parágrafo único - As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executam tais serviços.

Art. 169 - As infrações aos dispositivos desta Secção serão punidas com multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 500,00, elevada ao dôbro nas reincidências.

Secção IX

Das queimadas

Art. 170 - Para evitar a propagação de incendios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessarias.

Art. 171 - A ninguem é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem:

I - Sem tomar as devidas precauções, inclusive o preparo de aceiros, que terão sete (7) metros de largura, sendo dois e meio (2½) capinados e varridos e o restante roçado.

II - Sem mandar aos confinantes, com antecedencia minima de 24 horas, um aviso escrito e testemunhado marcando dia, hora e

lugar para lançamento do fogo.

Art. 172. Salvo acordo entre os interessados, a ninguem é permitido queimar campos de criação em comum antes do mês de Agosto.

Art. 173. A ninguem é permitido, sob qualquer pretexto, atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Art. 174. Além da responsabilidade civil ou criminal que couber, incorrerão em multa de Brf 100,00 a Brf 500,00, elevada ao dobro nas reincidencias, os infratores das disposições desta Secção.

Secção X

Das medidas referentes aos animais

Art. 175. É proibida a permanencia de animais nas vias publicas, sob pena de apreensão e multa de Brf 10,00, "por capita".

Art. 176. Os animais recolhidos ao depósito da Municipalidade serão retirados dentro de dez dias, mediante pagamento da multa e da diaria de Brf 3,00 "per capita", para cobertura das despesas de alimentação.

Parágrafo único. Não retirado o animal nesse prazo poderá a Prefeitura vendê-lo em Hasta publica, precedida da necessária publicação; a juizo do Prefeito poderá ser publicado edital intimando o proprietario a vir retira-lo dentro de mais dez dias, sob pena de venda em Hasta Pública, para ressarcimento das despesas com a sua conservação.

Art. 177. É proibida a criação ou engorda de porcos na cidade e vilas.

§ 1º Dos proprietarios de casas, atual-

mente existentes na cidade e vilas, fica marcado o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste código, para a remoção dos animais.

§ 3º - Dos infratores do disposto neste artigo, será imposta a multa de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00, marcando-se-lhes novo prazo para a remoção. Não realizada esta, ser-lhes-á aplicada a multa em dôbro.

Art. 178 - É igualmente proibida, sob as penalidades estabelecidas no artigo anterior, a criação na cidade e vilas de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo único - Observadas as exigências sanitárias a que se referem este código e o Regulamento de Saúde Pública do Estado é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Art. 179 - Os cães que forem encontrados nas vias publicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - Os cães apreendido, se registrado na forma do art. 180 será entregue a seu dono mediante o pagamento da diaria de Cr$ 2,00 para alimentação.

§ 2º - Tratando-se de cão não registrado, se não for retirado por seu dono dentro de 10 dias, mediante pagamento da multa de Cr$ 30,00 e diaria de Cr$ 2,00, será sacrificado.

Art. 180 - Haverá na Prefeitura o registro de cães, que será feito anualmente mediante o pagamento da taxa de Cr$ 10,00, fornecendo-se uma placa numerada a ser colocada na

coleira do cão registrado.

Parágrafo único - A Prefeitura poderá manter serviço de vacinação anti-rábica, tornando esta obrigatória para os cães a serem registrados, mediante pagamento de uma taxa especial de Cr$ ..... e correspondentes as despesas de aplicação da vacina.

Art. 181 - O cão registrado poderá andar solto na via pública desde que em companhia de seu dono, respondendo este por perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 182 - A ninguem é permitido, sob pena de multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 100,00, maltratar por qualquer meio ou praticar ato de crueldade contra animais próprios ou alheios.

Parágrafo único - Compreende-se na proibição deste artigo o transporte de aves suspensas pelos pés ou em posição que lhe cause sofrimento.

Art. 183 - Os proprietarios de animais de tração ou seus condutores, são obrigados, sob pena do artigo anterior:

I - A dar-lhes de comer e beber, pelo menos de 12 em 12 horas e a trata-los quando doentes;

II - A não sujeita-los a trabalhar por mais de 6 horas contínuas sem dar-lhes agua, alimento e descanso.

III - A não sujeita-los a tração ou condução de carga exagerada ou superior as suas forças.

Art. 184 - Não será permitida a passagem e estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade e vilas, a não ser nas vias públicas

e locais para isso designados, sujeito o infrator á multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 200,00.

Art. 185 - Fica ainda proibido, sujeitando-se os infratores á multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 100,00:

I - criar abelhas no centro da cidade e das vilas do municipio;

II - criar pombos nos foros das casas de residencia;

III - criar galinhas nos porões ou no interior das habitações.

Secção XI

Da extinção de insetos nocivos

Art. 186 - Fica instituido, em caráter obrigatório, o combate as formigas e a outros insetos nocivos á lavoura.

Paragrafo único - Todo proprietário de terreno rural cultivado ou não, dentro dos limites do Municipio, fica obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.

§ 2º - Na cidade e vilas o serviço de extinção de formigueiros, com prejuizo da iniciativa particular, será sempre que possivel realizado pela Prefeitura, mediante o pagamento da respectiva taxa.

Art. 187 - Os trabalhos de extinção de formigueiros serão fiscalisados pela Prefeitura, ou por ela executados, de acordo com este codigo.

Art. 188 - Verificada a existencia de formigueiros na zona rural, será feita intimação ao proprietario do terreno onde os mesmos estiverem localisados, marcando-se o prazo de 20 dias para proceda ao seu exterminio.

Parágrafo único - Nessa hipótese, a Prefeitura poderá realizar o serviço a pedido do proprietario, com indemisação das despesas dele decorrentes.

Art. 189 - Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietario as despesas que efetuar, acrescidas de 20%, pelo trabalho de administração, além da multa de Cr$ 30,00.

§ 1º - Decorridos 10 dias da apresentação da conta, e não paga esta, será lançada em livro proprio, acrescida de 10% para cobrança conjuntamente com os impostos ou taxas a que estiver sujeito o proprietario.

§ 2º - No livro a que se refere o parágrafo anterior, constarão: 1º) nome do responsavel, 2º) rua, numero ou local; 3º) despesa efetuada; 4º) acréscimo de 20%; 5º) multa de 10%.

Art. 190 - Encontrando-se o formigueiro em edificio ou benfeitorias e exigindo sua extinção demolições ou serviços especiais, estes só serão executados com a assistencia direta do proprietario ou seu representante.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, expedir-se-á notificação ao proprietário do edificio ou benfeitoria, com indicação do serviço a ser executado.

Art. 191 - A Prefeitura manterá um registro de informações da existencia de formigueiros, do qual constará: 1º) nome do informante, 2º) nome do proprietario do terreno; 3º) data da informação; 4º) data da intimação; 5º) prazo concedido, 6º) coluna para observações.

Art. 192 – Aos fiscais compete denunciar a existência de formigueiros e verificar a veracidade das informações recebidas.

Título V

Do Funcionamento do Comércio e da Indústria

Capítulo I

Da Localização

Art. 193 – A localização dos estabelecimentos comerciais ou industriais depende de aprovação da Prefeitura, a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo único – O requerimento deverá especificar com clareza:

a) – o ramo do comércio ou da indústria;

b) – o montante do capital investido;

c) – o local em que o requerente pretende exercer o comércio ou a indústria.

Art. 194 – O funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos com gêneros será sempre precedido de exame, no local, e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 195 – Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado exibirá o alvará de localização à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 196 – A autorização a que se refere este capítulo não confere o direito de vender ou mandar vender mercadorias fora do recinto do estabelecimento, salvo a hipótese de agenciamento para encomendas.

Parágrafo único – O exercício do comércio ambulante dependerá de licença especial, que

será concedida de conformidade com as prescrições da legislação federal respectiva.

Art. 197 - Para a mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial, deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 198 - Será passível de multa de Bf$20,00 a Bf$ 300,00, elevada ao dobro nas reincidencias, aquele que:

I - Exercer atividades comerciais ou industriais sem a necessária aprovação a que se refere o artigo 193.

II - Mudar de local o estabelecimento comercial ou industrial sem autorisação expressa da Prefeitura;

III - Negar-se a exibir o alvará de localisação á autoridade competente, quando exigido.

Capitulo II

Do horario para funcionamento do comercio e da industria

Art. 199 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no Municipio obedecerão ao seguinte horario, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato, duração e condições do trabalho:

I - Para a indústria de modo geral:

a) - abertura e fechamento entre 6 e 11 horas, nos dias úteis;

b) - aos domingos e feriados nacionais o estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais e dias santos de guarda quando declarados estes pela autoridade competente em materia de trabalho.

Sem efeito

§ 1º — Será permitido o trabalho aos domingos, feriados nacionais ou locais e dias santos de guarda, excluido o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades seguintes: laticinios, frio industrial, purificação e distribuição de agua, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefonico, produção e distribuição de gás, serviço de esgotos, serviço de transporte coletivo, ou a outras atividades que, a juizo do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º — Os estabelecimentos industriais poderão funcionar alem do horario estabelecido na letra a e nos dias referidos na letra b, mediante permissão da autoridade competente e observancia do disposto no art. 207 deste Código.

II — Para o comercio de modo geral:

a) abertura ás 8 horas e fechamento ás 18 horas, nos dias uteis, assegurado aos empregados o intervalo de duas horas para descanso e refeição, de modo a se observar a duração legal para o trabalho individual;

b) — aos domingos e feriados nacionais e, observada a condição da letra b, item I, nos feriados locais e dias santos de guarda, os estabelecimentos permanecerão fechados.

§ 3º — Observado o disposto no art. 207 deste Código, o Prefeito Municipal, em portaria, e mediante solicitação das classes interessadas, poderá prorrogar o horario dos estabelecimentos mercantis:

a) — até ás 20 horas, aos sábados;

b) — até ás 22 horas, nos dias 24 e 31 de Dezembro.

(Em efeito o art. 199 desta pagina)

Em efeito

Capitulo II

Do horário para funcionamento do comercio e da Indústria

Art 199 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no Municipio obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regulem o contrato, duração e condições do Trabalho:

I - Para a industria, de modo geral:

a) - a abertura e fechamento entre 6 e 18 horas, nos dias uteis;

b) - aos domingos e feriados nacionais, os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos dias em que o trabalho seja proibido pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio.

§ 1º - Os estabelecimentos industriais poderão funcionar além do horário estabelecido na letra a e nos dias referidos na letra b mediante permissão da autoridade competente e observância do disposto no art. 203 deste Código.

II - Para o comercio de modo geral:

a) - abertura às 8 horas e fechamento às 18 horas;

b) - aos domingos e feriados nacionais, observar-se-á o disposto na alínea "b" do item I deste artigo.

§ 2º - Observado o disposto no art. 203 deste Código os estabelecimentos mercantis e os referidos no art. 200, poderão funcionar:

a) - até 22 horas, no sábado vispera de Carnaval;

b) - até às 22 horas, nos dias 23, 24 e 31 de Dezembro, salvo se tais dias coincidirem com Do-

mingos e feriados, caso em que será observado o disposto no parágrafo único do art. 201.

Art. 200 – Os salões de barbeiros, cabeleireiros e engraxates poderão funcionar, nos dias úteis, das 8 às 20 horas; aos sábados e nas vésperas de feriados, o encerramento poderá ser feito às 22 horas, com observância do art. 203.

Parágrafo único – Será permitido o funcionamento das charutarias, nos dias úteis, das 8 às 22 horas.

Art. 201 – É permitido o funcionamento aos domingos e feriados, independentemente de prévia autorisação da Prefeitura Municipal dos estabelecimentos comerciais ou industriais considerados de conveniência pública, assim entendidos os que se dediquem às atividades como tais declaradas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único – É igualmente permitido o funcionamento aos domingos e feriados, dos estabelecimentos em que, nessas datas, seja, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, autorizado o trabalho, observado, entretanto, o horário por êste fixado.

Art. 202 – A ocorrência de feriados estaduais e municipais não obrigará a paralisação das atividades previstas, nos termos da legislação trabalhista em vigor. (art. 158 da lei estadual nº 28 de 22/11/47).

Art. 203 – O funcionamento do comercio fóra do horário comum, a que se referem os artigos precedentes, fica subordinado à observancia dos preceitos das leis federais que regu

lam o contrato, condições e duração do trabalho.

Art. 204 - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Capítulo serão punidas com a multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 200,00, elevadas ao dôbro nas reincidências.

Da aferição dos Pesos e Medidas

Art. 205 - As transações comerciais em que se intervenham medidas, ou que façam referencia a resultados de medidas de qualquer natureza, deverão obedecer ao que dispõe a legislação metrológica brasileira.

Art. 206 - Os comerciantes e industriais que façam venda de mercadorias ao público são obrigados a submetê-los anualmente a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de medir ou pesar por eles utilisados.

§ 1º - A aferição poderá ser feita nos proprios estabelecimentos, preferentemente no 1º trimestre, depois de recolhida aos cofres municipais a respectiva taxa.

§ 2º - Do recibo do pagamento da taxa, para efeito de fiscalisação, constarão o numero de fabricação, tipo e demais caracteristicas do aparelho, ou instrumento a aferir.

Art. 207 - Para efeito de fiscalisação, os funcionarios municipais poderão, em qualquer tempo, proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilisados nos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

§ 1º - Os aparelhos e instrumentos que forem encontrados viciados, aferidos ou não, serão apreendidos.

§ 2º - Os proprietarios de aparelhos ou instrumentos encontrados não aferidos, são obrigados a submetê-los á aferição dentro do praso de 24 ho

pas, nos termos do art. 206 e seus parágrafos, além do pagamento da multa prevista no art. 209.

Art. 208 - Os estabelecimentos comerciais ou industriais que se instalarem são obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir a serem utilisados em suas transações comerciais com o público.

Art. 209 - Será aplicada a multa de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00 elevada ao dobro nas reincidências, aquele que:

I - usar, nas transações comerciais, aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar ou medir não constantes do sistema metrológico aprovado pela legislação federal.

II - deixar de apresentar, quando exigidos para exame, verificação ou aferição, os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir utilisados na venda de produtos ao público;

III - usar, nos estabelecimentos comerciais ou industriais, aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir inviados, já aferidos ou não.

Titulo VI

Dos cemitérios públicos

Capitulo I

Definições

Art - 210 - Para os efeitos deste Titulo são adotadas as seguintes definições:

Sepultura - cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões - Para adultos, 2m de comprimento por 0,75 de largura e 1,70m de profundidade; para infantes, 1,50 X 0,50 X 1,70 m res-

pectivamente;

Carneiro - Cova com as paredes laterais revestidas de tijolos ou material similar, tendo, internamente, o máximo de 2,50 m de comprimento por 1,25 m de largura; o fundo será sempre constituído pelo terreno natural;

Carneiro Geminado - Dois carneiros e mais o terreno entre eles existentes, formando uma única cova, para sepultamento dos membros de uma mesma família.

Jazigo - Compartimento do columbário para depósito de ossos retirados de sepultura ou carneiro;

Ossuário - Vala destinada ao depósito comum de ossos provenientes de jazigos cuja concessão não foi reformada ou caducou.

Baldrame - Alicerce de alvenaria para suporte de uma lápide;

Lápide - Laje que cobre o jazigo com inscrição funerária.

Mausoléu - Monumento funerário suntuoso que se levanta sobre o carneiro; o caráter suntuoso pode ser dado não só pela perfeição da forma como também pelo emprego de materiais finos que pelas suas qualidades intrínsecas, supram enfeites e ornamentos;

Jazigo - Palavra empregada para designar tanto a sepultura como o carneiro.

Capítulo II

Disposições gerais

Art. 211 - Os cemitérios do Município terão caráter secular e, de acordo com o art. 141 - § 10º da Constituição Federal, serão admi-

fiscalizados e fiscalisados diretamente pela Prefeitura.

Parágrafo único - É facultado ás associações religiosas manterem cemitérios particulares mediante prévia autorização da Prefeitura, observadas as prescrições constantes deste Título.

Art. 212 - Os cemitérios serão cercados por muro com altura de 2 metros, ao longo do qual, e nas duas faces, haverá uma cêrca viva que se manterá bem tratada.

Art. 213 - Será reservada em torno dos cemitérios uma área externa de proteção de 50 m de largura mínima, medida a partir do muro de fechamento.

Parágrafo único - A área de proteção será exigida apenas para os novos cemitérios e para os existentes em que, pela sua localisação em área inedificada, seja a medida exequivel.

Art. 214 - No recinto dos cemitérios, além da área destinada a rua e avenidas, serão reservados espaços para construção de capelas e depósitos mortuários.

Art. 215 - Os cemitérios poderão ser abandonados quando tenham chegado a tal grau de saturação que se torne difícil a decomposição dos corpos ou quando hajam se formado muito centrais.

§ 1º - Antes de serem abandonados, os cemitérios permanecerão fechados durante 5 anos, findo os quais será sua área destinada a praças ou parques, não se permitindo proceder-se ai ao levantamento de construções para qualquer fim.

porárias não poderão ser perpetuadas, permitida entretanto a trasladação dos restos mortais para sepultura perpétua, observadas as normas deste Título.

Art. 221 - É condição para a renovação de prazo das sepulturas temporárias a boa conservação das mesmas pelo concessionário.

Art. 222 - As concessões perpétuas só serão feitas para sepulturas do tipo destinado a adultos, em carneiros simples ou geminados e sob as seguintes condições, que constarão do título:

a) possibilidade de uso do carneiro para sepultamento de cônjuge e de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau; outros parentes do concessionário só poderão ser sepultados mediante sua autorização por escrito e pagamento das taxas devidas;

b) obrigação de construir dentro de 3 meses, os baldrames convenientemente revestidos e coberta a sepultura a fim de ser colocada a lápide ou construído o mausoléu, para o que é fixado o prazo máximo de 5 anos;

c) caducidade da concessão no caso de não cumprimento do disposto na alínea b.

Parágrafo único - As sepulturas a que se refere este artigo poderão ser inumados infantes ou para elas trasladados seus restos mortais.

Art. 223 - Como homenagem pública excepcional poderá a Municipalidade conceder perpetuidade de carneiro a cidadão cuja vida públi-

§ 2º - Quando do cemitério antigo para o novo, se tiver de proceder á trasladação dos restos mortais, os interessados, mediante pagamento das taxas devidas, terão direito de obter nele espaço igual em superficie ao do antigo cemitério.

Art. 216 - É permitido a todas as confissões religiosas praticar nos cemitérios os seus ritos, respeitadas as disposições deste Título.

Capitulo III

Das inumações

Art. 217 - Nenhum enterramento será permitido nos cemitérios municipais sem a apresentação de certidão de óbito devidamente atestado por autoridade médica.

Art. 218 - As inumações serão feitas, em sepulturas separadas, que se classificam em gratuitas e remuneradas, subdivididas estas em temporárias e perpétuas.

Art. 219 - As sepulturas gratuitas serão entregues os indigentes pelos prazo de cinco (5) anos, para adultos, e de tres anos, para infantes, não se admitindo com relação a elas prorrogação ou perpetuação.

Art. 220 - As sepulturas temporárias serão concedidas por cinco ou vinte anos, facultada, no primeiro caso, a prorrogação do praso por outros cinco anos, mas sem direito a novas inumações; e, no segundo caso, novas prorrogações, por igual praso, com direito á inumação de conjugue e de parentes consanguineos ou afins até o segundo grau, desde que não se haja atingido o ultimo quinquiênio da concessão.

Paragrafo único - As sepulturas tem

ca deva ser rememorada pelo povo por relevantes serviços prestados á Nação, ao Estado ou Município.

Parágrafo único – A perpetuidade será concedida por lei especial.

Art. 224 – Nenhum concessionário de sepultura ou carneiro poderá dispor da sua concessão, seja qual fôr o título, só se respeitando, com relação a esse ponto, os direitos decorrentes de sucessão legítima.

Art. 225 – É de cinco anos, para adulto, e de três anos, para infante, o prazo mínimo a vigorar entre duas inumações no mesmo jazigo

Capítulo IV

Das Construções

Art. 226 – As construções funerárias só poderão ser executadas nos cemitérios, depois de expedido o alvará de licença, mediante requerimento do interessado, ao qual acompanhará o memorial descritivo das obras e o respectivo projeto.

Parágrafo único – As peças gráficas serão em duas vias, as quais serão visadas, e uma delas, entregue ao interessado com o alvará de licença, depois do projeto ter sido aprovado.

Art. 227 – A Prefeitura deixa as obras de embelezamento e melhoramento das concessões tanto quanto possível ao gosto dos proprietários, porem, reserva-se o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais á boa aparencia geral do cemitério, á higiene e á segurança.

Art. 228 – O embelezamento das sepultu-

as temporárias de 5 anos será feito por grama
do ou cauteiros ao nível do arruamento,
rigorosamente limitados ao perímetro da
sepultura; pequenos símbolos serão permitidos.

Art. 229 – Nas concessões por vinte
anos será permitida a construção de baldra
me até a altura de 0,40 m, para suporte de
lápide, sendo facultados os símbolos usuais.

Art. 230 – Os serviços de conserva e
limpeza de jazigos só podem ser executados por
pessoa registrada na administração do cemité-
rio e excepcionalmente por empregados dos con-
cessionários, quando abandonados por estes e sómen
te para execução de determinado serviço.

Art. 231 – A Prefeitura exigirá, sem-
pre que julgar necessário, que as construções
sejam executadas por construtores legalmente ha
bilitados.

Art. 232 – É proibido dentro do cemi-
tério a preparação de pedras ou de outros mate-
riais destinados à construção de jazigos e mau
soleus devendo o material entrar no cemitério
em condições de ser empregado imediatamente.

Art. 233 – Restos de materiais pro-
venientes de obras, conservas e limpezas de
jazigos devem ser removidos imediatamente
pelos responsáveis, sob pena de multa de Rs
10,00 a Rs 500,00, além das despesas de re
moção, se a intimação não for cumprida
no prazo fixado.

Art. 234 – No dia 25 de Outubro
e 1 de Novembro não se permitem trabalhos
no cemitério, a fim de ser executada pela

administração a limpeza geral.

Art. 235 - A Prefeitura fiscalisará a execução dos projetos aprovados das construções funerárias.

Art. 236 - O ladrilhamento do solo em torno dos jazigos é permitido, desde que atinja a totalidade da largura das ruas de separação e sejam pelos interessados obedecidas as instruções da administração do cemitério

Capitulo V

Da administração dos cemitérios

Art. 237 - A administração do cemitério será exercida por um Encarregado ao qual competirá também a execução das medidas de policia afetas ao serviço.

Art. 238 - O registro dos enterramentos far-se-á em livro proprio e em ordem numerica, contendo o nome do falecido, idade, sexo, estado civil, filiação, naturalidade, "causa mortis", data e lugar do óbito e outros esclarecimentos que forem necessários.

Art. 239 - Nos cemitérios será observada ampla liberdade de celebração de cerimonias religiosas, seja qual fôr a religião ou culto, desde que tais praticas não sejam contrárias a lei ou a moral pública.

Art. 240 - Os cemitérios serão convenientemente fechados e neles a entrada e permanencia ou serão permitidas entre sete e dezoito horas e somente às pessoas que se portarem com o devido respeito.

Art. 241 - Excectuados o caso de investigação policial ou transferencia dos despojos,

nenhuma sepultura poderá ser reaberta, mesmo a pedido dos interessados, antes de decorrido o prazo do art. 225.

Art. 242 - Mesmo decorrido esse prazo, nenhuma exumação será permitida sem autorização do administrador e, se a concessão estiver em vigor, também do concessionário ou seu sucessor.

Art. 243 - Para nova inumação em qualquer concessão, deve préviamente ser apresentado á administração o respetivo titulo.

Art. 244 - Os flores, coroas, ornamentos usados em funerais ou colocados sobre os jasigos, em qualquer tempo quando estiverem em mau estado de conservação, serão retirados e nenhuma reclamação pela sua manutenção será atendida.

Art. 245 - Decorridos os prazos previstos nos arts. 219 e 220 as sepulturas poderão ser abertas para novos enterramentos, retirando-se as cruses e outros emblemas colocados sobre as mesmas.

§ 1º - Para esse fim, o encarregado fará publicar, em editais, avido aos interessados de que, no prazo de 30 dias, serão as cruses e emblemas retirados e a ossada depositada no ossuário geral.

§ 2º - Os grades, cruses, emblemas, lápides e outros objetos retirados das sepulturas serão postos, por espaço de 60 dias, á disposição dos interessados, que poderão reclamá-los.

Art. 246 - Os veiculos só podem entrar nos cemitérios por ocasião de enterros.

Parte Segunda

Dos serviços de utilidade pública

Título I

Disposições gerais

Capítulo I

Preliminares

Art. 247 - Serviços de utilidade pública, de maneira geral, são todas as atividades que, por sua natureza, atendam ao interêsse coletivo, visando proporcionar á população utilidades especiais que exigem a ação do poder público, no sentido de seu contrôle ou gestão direta.

Art. 248 - Admitem os serviços de utilidade pública execução direta ou indireta, constituida a primeira pela exploração do serviço pela entidade pública e a segunda pela ação de intermediários, que se sub-rogam numa parte da atividade administrativa.

Parágrafo único - A exploração direta far-se-á:

a) quando esta solução fôr mais conveniente ao interesse público, a juizo da Prefeitura;

b) quando o serviço, por sua natureza, desaconselha a intervenção de intermediários;

c) quando, podendo o serviço ser objéto de exploração indireta e posta esta em concorrencia pública ou administrativa, na forma legal, não se apresentar nenhum concorrente.

Art. 249 - A exploração indireta dos serviços de utilidade pública poderá ser efetuada mediante simples autorização ou permissão e mediante concessão.

§ 1º — Constitui autorização, ou permissão, o ato do poder público que atribui a um particular a exploração de um serviço de utilidade pública, a título precário e sem a outorga dos direitos inerentes à administração.

§ 2º — É concessão de serviço de utilidade pública o ato do poder público pelo qual é entregue, a um particular, a exploração de determinado serviço de utilidade, com a outorga dos direitos reservados à administração, na forma deste Código.

Capítulo II

Das autorizações ou permissões

Art. 250. O interessado em obter permissão ou autorização para explorar determinado serviço de utilidade pública deverá requerê-lo ao Prefeito, fazendo instruir o pedido com:

a) - prova de idoneidade moral, técnica e financeira;

b) - prova de quitação com a fazenda Municipal;

c) - tratando-se de pessoa jurídica, prova de sua constituição legal;

d) - informações minuciosas sobre a natureza, fins e utilidade das prerrogativas;

e) - projetos e orçamentos, conforme a natureza, (fins) do serviço, e outros elementos que possibilitem ao Prefeito formar juízo sobre a sua real utilidade;

f) - informações sobre o capital a ser empregado;

g) - indicação das tarifas a serem cobradas;

h) - justificação do cálculo das tarifas;

§ 1º — Julgando de utilidade a medi-

da, e não convindo ao Município a exploração direta do serviço, o Prefeito baixará editais, afixados em lugar público e divulgados pela imprensa local, convidando os interessados a se manifestarem a respeito no prazo de 15 dias.

§ 2º - Se houver manifestação de interessados idôneos, o Prefeito providenciará o expediente necessário para concessão privilegiada do serviço, mediante concorrência pública ou administrativa préviamente autorisada em lei.

§ 3º - Se não se manifestarem interessados dentro do prazo estabelecido, dará a Prefeitura a autorisação requerida.

Art. 251 - A permissão será dada em portaria ou alvará do Prefeito, do qual deverão constar as tarifas que serão cobradas pela prestação do serviço.

Parágrafo único - A transferencia da autorisação depende de consentimento expresso do Prefeito, satisfeitas pelo segundo pretendente as exigencias do art. 250.

Art. ... - A permissão ou autorisação depende de consentimento expresso do Prefeito, satisfeitas pelo segundo pretendente as exigencias do

Art 252. A permissão ou autorisação terá a vigencia máxima de dois anos, contados da data em que for instalado o serviço, podendo ser cassada quando houver motivo relevante, devidamente comprovado, após notificação e prazo razoável concedido ao permissionario se o motivo de cassação se referir a este.

§ 1º - A cassação da permissão ou autorisação far-se-á por ato expresso, sem que ao per-

missionário assista direito a qualquer indenização.

§. 2º - Cassada a permissão ou autorização, será concedido ao permissionário prazo razoavel, a juizo do Prefeito, e examinado cada caso concreto, para a retirada das instalações do serviço.

Art. 253 - Caducará a permissão se o permissionário não iniciar os serviços dentro do prazo que o Prefeito fixar para cada caso e que não poderá ser superior a 4 meses.

Art. 254 - Findo o prazo de 2 anos e verificado ser de interesse para o Município a continuação do serviço, providenciará o Prefeito o expediente necessário afim de, mediante autorização legal e em concorrencia pública, ou administrativa, dar privilégio para a exploração do serviço, nas condições do Capitulo III deste Titulo.

Paragrafo - único - Na concorrencia que se realisar, o permissionário, que a ela concorrer, terá preferencia para a concessão, se tiver servido bem durante o tempo da autorisação e sua proposta estiver em igualdade de condições com a melhor que for apresentada.

Art. 255 - A Prefeitura poderá dar permissão para particulares explorarem, mediante arrendamento, açougues de propriedade do Municipio, ficando reservado que se não concederá mais de um açougue a um e mesmo individuo ou empresa.

Art. 256 - Os permissionários que estejam explorando, a titulo precário, na data da promulgação deste Código, qualquer serviço de utilidade pública, deverão regularisar, dentro de 60 dias,

sua situação nos termos deste Capitulo.

Capitulo III

Das concessões privilegiadas

Art. 257 - A concessão privilegiada para exploração de serviço de utilidade pública far-se-á mediante concorrencia pública ou administrativa.

Paragrafo único - O concessionario ou permissionário anterior do serviço objeto da concorrencia, em que haja servido bem, terá preferencia na concessão, desde que, concorrendo, sua proposta esteja em igualdade de condições com a que for julgada melhor.

Art. 258 - A concorrencia pública será anunciada, com praso minimo de 30 dias, por editais, pela imprensa local e pelo orgão oficial do Estado.

Paragrafo único - O edital de concorrencia, entre outras condições, deverá constar o seguinte:

a) - praso da concessão;

b) - exigencia das cauções para garantia da assinatura do contrato e do seu cumprimento;

c) - apresentação do quadro das tarifas a serem cobradas, e dos respectivos calculos;

d) - apresentação dos planos das instalações, e exploração do serviço;

e) - condições de reversão, ao Municipio, das instalações, findo o praso da concessão;

f) - reserva ao Municipio, do direito de aceitar a proposta que lhe parecer mais vantajosa ou de recusar todas.

Art. 259 - A concorrencia administrativa será feita entre firmas de comprovada idoneidade moral, technica e financeira, de preferencia especialisadas no ramo objeto da concorrencia, as

quais serão convidadas a apresentar propostas devidamente selhadas para exploração do serviço, satisfazendo as condições mínimas estabelecidas pela Prefeitura.

Art. 260 - Na concorrencia, pública ou administrativa, serão excluidos o Prefeito, o Vice-Prefeito e os vereadores, bem como seus descendentes e ascendentes, cunhados durante o cunhadio, sogro e genro, colaterais por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, e os servidores municipais.

Art. 261 - Será posto novamente o serviço em concorrencia se na primeira não se apresentar licitante ou se as propostas apresentadas não forem julgadas convenientes ao interesse público.

Art. 262 - As propostas deverão ser acompanhadas dos documentos relacionados no art. 250 e serão examinadas e classificadas por uma comissão designada pelo Prefeito, da qual fará parte um engenheiro civil ou eletrotécnico, e submetidas ao Prefeito para julgamento.

Art. 263 - A concessão será feita por contrato para cuja assinatura deverá o concorrente que tiver sua proposta escolhida comparecer á Prefeitura dentro do prazo estabelecido no edital de concorrencia.

Parágrafo único - A assinatura do contrato de concessão será precedida da apresentação, pelo concorrente adjudicatário, da prova de depósito, nos cofres municipais, do valor da caução de garantia de cumprimento do contrato.

Art. 264 - Do contrato de concessão, entre outras, deverão constar as seguintes cláusulas:

a) - prazos para o início e execução das obras e a instalação do serviço, prorrogaveis

a juizo do Prefeito;

b) condições de concessão e da prestação do serviço, com especificação e discriminação minuciosa;

c) prazo da concessão;

d) reversão a que se refere o art. 151 da Constituição da República;

e) faculdade reservada à Prefeitura de rescindir o contrato em caso de seu inadimplemento total ou parcial;

f) condições de reversão das obras e instalações ao Município;

g) fiscalização, por parte da Prefeitura, das obras e instalações e da exploração do serviço;

h) aceitação pelo concessionário das disposições deste capítulo e da matéria deste Código aplicáveis á concessão;

i) cláusula penal.

Art. 265 - Os contratos de concessão deverão estabelecer a multa diária a que ficará sujeito o concessionário, em caso de suspensão ou paralização do serviço, sem motivo justificavel e sem consenso da Prefeitura, além das perdas e danos a apurar, e da responsabilidade civil ou criminal que couber.

Art. 266 - O prazo das concessões privilegiadas não poderá exceder de vinte cinco anos, ai incluidas as prorrogações.

Art. 267 - No sentido de fiscalizar o cumprimento da concessão a Prefeitura exercerá o poder de polícia, com que o concessionário concordará mediante a aceitação do ato de concessão.

§ 1º - A fiscalização se exercerá no sentido

de:

a)- verificar a perfeita conformidade da execução das obras e da instalação do serviço com os planos aprovados pela Prefeitura;

b)- assegurar serviço adequado, quanto a qualidade e á quantidade;

c)- verificar a necessidade de melhoramento, renovação e ampliação das instalações;

d)- fixar tarifas razoáveis;

e)- verificar a estabilidade financeira da emprêsa;

f)- assegurar o cumprimento das leis trabalhistas.

§.2º- Para realisação de tais fins, exercerá a Prefeitura a fiscalisação da contabilidade da empresa ou concessionário, podendo estabelecer as normas a que essa contabilidade deva obedecer.

§.3º- Far-se-á a tomada de contas periódicas da emprêsa.

Art.268- As tarifas serão fixadas sob o regime de serviço pelo custo, levando-se em conta:

a)- as despesas de operação e custeio, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza, excluidas as taxas de benefício e o impôsto sôbre a renda;

b)- as reservas para depreciação;

c)- a justa remuneração do capital;

d)- as reservas para reversão.

§.1º- A revisão das tarifas far-se-á trienalmente.

§.2º- O cálculo das tarifas, nas revisões periódicas, será submetido a exame por técnico especializado no assunto ou pelo orgão competente do Estado.

§.3º- O capital a remunerar é o efetiva-

mente gasto na propriedade do concessionário.

§ 4º - A percentagem máxima de lucro como remuneração do capital será a que for determinada pela legislação federal.

Art. 269 - Entende-se por propriedade do concessionário, para efeito deste Código, o conjunto das obras civis, instalações, imóveis, móveis e semoventes, diretamente relacionados e indispensáveis á exploração da concessão.

Art. 270 - Caducará a concessão se não forem instalados os serviços no prazo fixado, declarada a caducidade por ato emanado no poder municipal.

§ 1º - O Prefeito poderá prorrogar, por tempo que julgar suficiente, o prazo a que se refere este artigo se ocorrerem fundadas razões, devidamente justificadas pelo concessionário.

§ 2º - Caduca a concessão, será aberta logo nova concorrencia, nas condições dos artigos 258 e 269.

Art. 271 - Em qualquer tempo, poderá o Município encampar o serviço, quando interesses públicos relevantes o exigirem, mediante indenização prévia, salvo acôrdo em contrário.

Art. 272 - Nos contratos serão estipuladas as condições de reversão, quando conveniente ao Município, com ou sem indenização.

Art. 273 - Não poderá o concessionário transferir a concessão sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Art. 274 - Poderá o concessionário pleitear a rescisão do contrato se houver motivo ponderável a que tenha dado causa a Prefeitura. A rescisão se fará então com reserva do bem público.

Art. 275 - Nos casos de rescisão do contrato, será constituida uma comissão de arbitramento, composta de dois membros, indicados por cada uma das partes, á qual competirá o exame dos motivos alegados, a avaliação da propriedade do concessionário, cálculo das perdas e danos, etc.

§ 1º - O membro da comissão por parte da Prefeitura será um técnico especialisado no assunto.

§ 2º - No caso de não chegarem a acordo, os membros da comissão arbitral solicitarão ao serviço competente do Estado a indicação de um técnico desempatador.

Art. 276 - Terão os concessionários direito á desapropriação por utilidade pública, na forma da legislação vigente, ficando a seu cargo a liquidação e pagamento das indemisações consequentes.

Art. 277 - As empresas concessionárias não gozarão de favores fiscais.

Parágrafo único - Em casos especiais poderá ser concedida isenção dos impostos que onerem a propriedade da empresa, mediante lei especial e tendo-se em vista o interêsse público.

Titulo II

Do serviço de eletricidade

Capitulo I

Normas gerais da concessão

Art. 278 - O aproveitamento de quedas de água dentro do Municipio, seja para uso particular ou para comércio de energia, depende exclusivamente de concessão ou autorização do Govêrno Federal, na forma da lei.

Art. 279 - O fornecimento de energia elétrica, para iluminação pública, na séde do

Município e Distritos, quando realisado por pessoa física ou emprêsas particulares, será regulado por contrato fimado entre a Prefeitura e o concessionário ou permissionário.

Art. 280 - A exploração da indústria de energia hidroelétrica ou termoelétrica, quando feita pela Prefeitura, está também sujeita às normas e exigências da lei federal.

Capitulo II

Da iluminação pública

Art. 281 - A iluminação pública da cidade abrangerá as praças, avenidas, jardins, ruas e demais logradouros públicos, no perimetro urbano e suburbano, até onde a Prefeitura julgar conveniente.

Art. 282 - A energia para iluminação pública será distribuida em baixa tensão, em múltiplo, com circuitos secundários independentes. Quando for usada a iluminação em série devem ser estabelecidas condições especiais de segurança.

Art. 283 - Nas rêdes de distribuição de energia só será permitido o uso de condutores de secção superior a 10 milimetros quadrados, de cobre, trançados, estirados, semi-duros, nus, exceto, os do número 4 e 6 AWG., que são em geral maciços.

Art. 284 - Serão empregados, no serviço de iluminação pública, postes de aroeira, de comprimento minimo de 8 metros, falquejados, nas ruas e logradouros não pavimentados; de concreto, tubulares de aço ou de trilho nas ruas ou logradouros pavimentados.

Paragrafo único - As lampadas de iluminação pública devem ser montadas á altura

mínima seguinte: para aparelhos suportados por braços, 4,5 metros; para suspensão em fio no centro da rua, 6,5 metros.

Art. 285 - Para iluminação dos jardins e praças serão empregados postes ornamentais, de concreto ou tubulares de aço, e canalização subterrânea.

Art. 286 - O espaçamento máximo dos postes é de 60 metros, devendo ser localizados 20 cm para dentro do alinhamento do meio fio das calçadas.

Parágrafo único - Sòmente será permitida a posteação no centro de ruas e avenidas quando houver refúgio central.

Art. 287 - Nas ruas estreitas e quando houver conveniencia, no sentido de se obter melhor distribuição de luz, é permitido o sistema de iluminação com focos suspensos em cabos de aço, fixos em postes laterais ou nas fachadas dos edifícios.

Art. 288 - Nas ruas estreitas, onde não for possivel o uso de cruzetas, é obrigatório o emprego de sistema "Resc" para suporte de condutores, afim de manter os fios afastado das fachadas, no mínimo 2 metros.

Art. 289 - A variação maxima de tensão nas redes é de 3%, para mais ou para menos.

Art. 290 - A Prefeitura manterá uma fiscalisação permanente dos serviços de iluminação pública por intermédio de um funcionario especializado.

Art. 291 - A substituição de lampadas da iluminação pública, queimadas ou danificadas; deverá ser feita dentro de 24 horas.

Art. 292 - A interrupção do serviço de iluminação pública por praso superior a 72 horas, sem

causa justa ou justificável, implicará na caducidade do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica, prevista no art. 168, item III, do Código de Águas. A Prefeitura deverá neste caso tomar as providências, junto ao Conselho de Águas e Energia, que a medida exigir, ou que couberem no caso, contra o concessionário.

Art. 293 - Os padrões mínimos de iluminação a serem adotados para iluminação pública, serão regulados pela tabela seguinte:

Número mínimo de Lumens por metro linear para iluminação pública.

Largura da Rua	Zona Central ou Comercial	Zona residencial suburbana	Zona suburbana
8 a 10 metros	65 lumens	5 lumens	7 lumens
12 "	65 "	15 a 18 "	7 "
15 "	65 "	15 a 25 "	7 "
20 "	65 "	20 a 30 "	10 "
25 "	65 "	25 a 38 "	13 "
30 "	65 "	30 a 45 "	15 "

Art. 294 - Os transformadores, do serviço de iluminação pública, serão instalados nos postes, à altura mínima de 5 metros, ou em cabines próprias, e serão equipados com aparelhagem de proteção e chaves desligadoras.

Parágrafo único: Nos circuitos em múltiplos, o neutro dos transformadores será ligado à terra.

Art. 295 - No sistema aéreo de distribuição, primário e secundário, a posição dos condutores em relação aos edifícios deverá obedecer às especificações anexas a este código, desenho, nº 1.

Art. 296 - Os postes de aço deverão ser assentados em concreto.

Art. 297 - A recomposição do calçamento no local onde for fincado ou retirado o poste correrá por conta do concessionário.

Capítulo III

Da iluminação particular e força motriz: Generalidades

Art. 298 - O fornecimento e distribuição de energia elétrica serão feitos em rêdes aéreas ou subterraneas em circuitos independentes para luz e força, para as seguintes classes de serviço:

a) Domiciliares - compreendendo iluminação, calefação e energia para pequenos motores (até 4 HP no maximo, em baixa tensão) e aparelhos utilisados no exercicio do comércio e das profissões, inclusive nos estabelecimentos de frequiencia coletiva, e para anúncios;

b) Serviço industrial - compreendendo energia para todos os fins industriais, inclusive ou exclusive a iluminação e outras aplicações accessórias, até 4 HP em baixa tensão e em alta tensão acima desta potencia, ficando a transformação por conta do consumidor;

c) Serviço rural - compreendendo energia fornecida em alta tensão para todos os fins relativos á exploração agricola e pastoril das propriedades situadas na zona rural, inclusive ou exclusive a iluminação e outras aplicações accessórias;

d) Serviços públicos abrangendo os serviços públicos municipais, estaduais e federais;

e) Serviços de utilidade pública - compreendendo o fornecimento de energia para as empresas

concessionárias de serviços de utilidade pública.

Art. 298 - O primário das redes de distribuição de energia elétrica no sistema trifásico poderá ter 3 ou 4 fios, podendo ser o neutro isolado ou ligado à terra, sendo preferível esta última modalidade para maior segurança, economia e proteção do aparelhamento.

Parágrafo único - Serão adotadas de preferência as voltagens primárias, mais comumente usadas, isto é, 2.300 e (4.000), 6.900 (11.000) e 13.200 volts.

Art. 299 - No secundário do sistema trifásico de distribuição, de três ou quatro fios, o neutro será, salvo casos especiais, ligado à terra por motivo de segurança. Para isso o esforço sobre o isolamento, em hipótese de defeito, não deverá exceder de 58% do valor do esforço em caso de neutro isolado.

Art. 300 - Nos sistemas em que o secundário é trifásico a 4 fios, em estrela, e o primário tiver neutro ligado à terra, este poderá ser comum a ambos, se for ligado a terra e em toda a sua extensão.

Art. 301 - A disposição dos circuitos de distribuição deve ser baseada na previsão do crescimento futuro do sistema, para um período de 10 anos, no mínimo, considerando-se a localização futura dos alimentadores e subestações.

Art. 302 - Para fins de identificação, os condutores primários serão instalados nas cruzetas de modo que, olhando-se para o Norte, Nordeste, Este ou Sudeste na direção da linha, a sequência das fases seja ABC, para os circuitos de 3 fios, e ANBC, para os de 4 fios.

Art. 303 – Os condutores secundários, quando fixados em cantoneiras verticais, devem ficar separados de 8 polegadas uns dos outros, podendo ser reduzido para 6" este espaçamento quando as cantoneiras forem instaladas ao longo da fachada dos edifícios e pouco distanciadas entre si.

Art. 304 – A disposição vertical dos condutores, de cima para baixo, deve ser a seguinte:

1º – fio neutro.

2º – fio de energia a "forfait" ou iluminação pública

3º – 4º – 5º – fios de fase;

6º – fio de controle para iluminação pública e energia "forfait"

Art. 305 – O fornecimento de energia para os serviços domiciliar, comercial, industrial e rural, está sujeito às seguintes normas:

a) – a energia elétrica deverá ser fornecida em baixa tensão, a 120 volts, para os circuitos de iluminação quando a carga ligada não exceder de 1.200 Watts, e a 220 volts para força motriz, quando a carga ligada não exceder de 4 H.P.

b) – a energia será cobrada por unidade de energia elétrica medida em contadores adequados à carga e à tensão, instalados no ponto da entrada dos circuitos alimentadores, de acordo com as normas estabelecidas neste Código.

c) – só será permitido o fornecimento de energia elétrica à "forfait" para iluminação das residências de operários localizados na zona suburbana ou rural, possuindo no máximo 3 cômodos e quando a carga ligada não exceder de 120 watts;

d). as tarifas referentes ao consumo de energia deverão ser aprovadas pelo orgão competente federal.

Art. 306. As instalações elétricas domiciliares para iluminação só serão ligadas á rêde de distribuição quando forem executadas de acordo com as instruções deste Código, no capitulo referente ás "Instalações domiciliares".

Art. 307 - A energia elétrica para os serviços de iluminação e para os de calefação em geral e força até 4 HP, uso doméstico, será fornecida a 120 e 200 volts respectivamente.

Parágrafo único. Para os serviços industriais e comerciais, á energia elétrica será fornecida em alta tensão, diretamente do circuito primário de distribuição, ficando a transformação por conta do consumidor, quando a carga ligada para luz e calefação for superior a 2.200 Watts e 4 HP para força.

Art. 308. Os transformadores particulares dos serviços comerciais e industriais serão instalados no interior dos terrenos ou dos prédios ocupados pelo estabelecimento comercial e industrial.

Parágrafo único. Os transformadores poderão ser instalados nos postes ou em cabines apropriadas, com equipamento completo de proteção contra descargas elétricas, chaves desligadoras "Mathew", neutro (quando houver) e tanque ligado á terra.

Art. 309 - Os circuitos de derivação para as instalações domiciliares, comerciais ou industriais, poderão ser aéreos ou subterraneos.

Art. 310 - Nos circuitos aéreos de

derivação para serviços de iluminação ou calefação e força, para uso domestico, que não exceda de 4 HP, os condutores de cobre serão isolados, W.P, de secção nunca inferior a 6 milimetros quadrados. O neutro poderá ser de cobre nú.

Parágrafo único - O material a ser empregado nos circuitos de derivação, mencionados nos arts. 309 e 310, será fornecido pelo concessionário bem como a mão de obra para sua instalação do ponto de derivação no poste até o alinhamento do lote ou do prédio.

Art. 311 - Os medidores de consumo de energia para luz ou força, quando pertencentes ao consumidor, que deverão satisfazer as requisições constantes das leis gerais sobre metrologia, serão entregues á' secção competente do serviço de força e luz, que se incumbirá de instalá-los no quadro de entrada.

Art. 312 - A instalação de medidores, quer de propriedade dos consumidores, quer de propriedade da empresa concessionária, far-se-á de acôrdo com as normas prescritas no Capitulo IV, "das instalações domiciliares, industriais e comerciais".

Art. 313 - Nas instalações de força motriz que exijam o uso de transformadores, os medidores podem ser colocados nos circuitos primários, junto aos transformadores abaixadores, ou no secundário destes, a critério do concessionário.

Art. 314 - Os proprietarios dos terrenos ou prédios não poderão se opor a visita do encarregado do serviço de fiscalização, que apresentará os documentos de identidade funcional.

Capítulo IV

Das instalações e ligações dos serviços domiciliares, industriais e comerciais.

Art - 315 - As entradas dos circuitos de iluminação ou força até 4 HP, deverão obedecer às seguintes normas:

I - entrada de luz até 1.200 watts - 120 volts.

a) a entrada dos circuitos de luz será feita em tubos rígidos de 3/4" X 7/8", curvas e boxes de 3/4", embutidos na parede desde a fachada até a mufa, colocada no quadro ou caixa instalada no prédio;

b) da mufa, colocada pouco abaixo do medidor, até a chave monofásica, será empregado tubo ou conduite flexível de ..... 3/8" x 3/4", que seguirá até o teto do prédio;

c) quando o teto da casa for de laje de concreto será empregado conduite rígido. Neste caso, este tubo irá diretamente da chave monofásica até a primeira caixa principal de derivação;

d) os fios condutores de entrada dos circuitos serão do tipo RCT 2 nº 10, no mínimo, com isolamento para 600 volts,

e) a caixa ou quadro de madeira terá dimensões internas e 37 X 17 cm, e nela serão instalados: 1) uma mufa de ferro de 4 X 4 cm. com tampa e dispositivos para o selo de chumbo; um bloco de porcelana para fusível de folha de 1 polo, conduite e boxes retos de 3/4" para saída; 2) uma chave monofásica de porcelana e fusíveis para 25 Ampéres, no máximo; 3) o medidor;

f) a caixa ou quadro mencionado na alínea e, deverá ser instalado, em local à vista,

de fácil acesso ao fiscal do concessionário.

Deverá ser colocado a 1m,5 acima do piso.

II - Entrada dos circuitos de força motriz e calefação, até 4 HP ou 2.200 watts - 220 volts;

a) a entrada dos circuitos nos prédios, a partir da fachada será feita por meio de tubos rígidos de 1 1/8" x 1 1/4", curvas e joelho 1 1/8", devendo ser embutidos na parede, até a mufa instalada no quadro ou caixa que contém o medidor;

b) do medidor para a chave desligadora e desta até o local de distribuição da rêde, será empregado conduite flexivel de ..... 1" x 1 1/4", ou tubo rígido da mesma dimensão quando embutido.

c) os fios condutores, dos circuitos de entrada de força motriz e calefação até 2.200 watts, são do tipo RCT 2, nº 8 (mínimo), com isolamento para 600 volts;

d) a caixa ou quadro de madeira, que contém o medidor e acessórios, terá as seguintes dimensões internas: 56 x 30 x 17 cm;

e) a caixa ou quadro de madeira deverá conter:

1) medidor de força;

2) mufa de ferro de 25 x 30 x 8, com tampa e dispositivo para selos, bloco de ardosia para fusiveis cartucho de 3 polos de 60 Ampéres, buxes retos e conduite de 1", ligando a chave á mufa.

Art. 316. As entradas dos circuitos de força motriz para serviços comerciais ou industriais, acima de 4 HP, em alta tensão, obedecerão ás mesmas normas especificadas no artigo 315 quando a medição da energia for feita no circuito secundário.

Art. 317 - O material empregado nos circuitos internos das instalações domiciliares, comerciais ou industriais, para força e luz deverá obedecer, no que não estiver contido neste código, as especificações contidas nas "Normas para Execução de Instalações Elétricas", N.B.3, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 318 - Os circuitos de iluminação domiciliar deverão ser bem isolados contra terra e entre fases e a resistencia de isolamento não deve ser inferior a 500.000 ohms, quando a intensidade da corrente do circuito for, no máximo, de 25 Ampéres, como circuito ligado.

Parágrafo único - A resistencia do isolamento, variável com a intensidade da corrente do circuito, deverá ser observada, de acordo com a Tabela I, pág 23, das "Normas Técnicas" N183, da A.B.N.T.

Art. 319 - A carga instalada de cada circuito de serviço domiciliar não poderá ultrapassar a 1200 watts nas distribuições de 100 a 130 volts, e de 2300 watts nas de 200 a 250 volts.

Art. 320 - Os projetos para construções de edifícios, fabricas, Hotéis, hospitais, escolas, cinemas, teatros oficinas, garagens, postos de gasolina, depósitos para serem aprovados, deverão ser acompanhados de esquema da rêde de distribuição elétrica interna.

Parágrafo único - No esquema referido, neste artigo, serão indicados a canalização e condutores elétricos com as respectivas dimensões, local das caixas de passagem dos tubos, tomadas, pontos de luz, carga ligada, motores e outros aparelhos, e sistema e cálculo da distribuição.

Art. 321 - As instalações para uso par-

ticular de energia elétrica só poderão ser executados por profissionais licenciados ou casas comerciais especialisadas.

Art. 322 - O proprietário do prédio, ao requerer a ligação, deverá declarar, para os devidos fins, o nome do instalador ou da casa comercial responsável.

Art. 323 - A aceitação definitiva da instalação elétrica, para luz ou para força, depende da aprovação dada pelo encarregado da vistoria.

Art. 324 - Quando, na vistoria obrigatória anterior á ligação, se verificar que a instalação não satisfaz as exigencias regulamentares, quanto a mão-de-obra ou material, o vistoriador a impugnará, apontando-lhe os defeitos.

Parágrafo único - Se os defeitos encontrados provierem de má execução do serviço, será exigida a reforma parcial ou total das instalações; e resultarem de má qualidade do material, será exigida a sua substituição

Capítulo V

Da organisação dos serviços quando explorados diretamente pela Prefeitura.

Art. 325 - Os pedidos de ligação de luz ou força serão atendidos, salvo circunstancias especiais, na ordem de entrada dos requerimentos na Prefeitura, desde que existam, na respectiva via pública, redes de distribuição de energia.

Parágrafo único - Para esse fim serão feitos, no serviço de eletricidade, o registro e numeração dos requerimentos.

Art. 326. Os pedidos de ligação para força ou luz serão feitos ao Serviço de Eletrici-

dade da Prefeitura, em impresso próprio o qual conterá todas as informações dadas pelo consumidor, sendo a ligação feita dentro do prazo de 3 dias, as de luz, e as de força dentro de 6 dias no máximo, depois de pagas as taxas de vistoria e ligação.

Parágrafo único - O impresso a que se refere este artigo deverá ser preenchido pelo encarregado, á medida que forem sendo executados os serviços, e conterá informações sobre vistoria, ligação, número do circuito ligado, número e capacidade do transformador, nome do consumidor, numero do medidor, etc.

Art. 327. O pedido de ligação poderá ser feito pelos proprietários dos prédios, ou pelos locatários, ficando estes responsáveis pelo consumo, mediante depósito correspondente a dois meses de consumo mínimo. Decorridos seis meses, esse depósito será reajustado, na base do consumo médio mensal nesse período.

Art. 328. O deposito a que se refere o artigo anterior renderá juros de 3% e será devolvido ao depositante depois do acerto de contas posterior ao corte da ligação.

Art. 329. Sempre que a instalação for executada pela Prefeitura, sua ligação com a rêde geral só poderá ser feita depois do pagamento da despesa da instalação.

Art. 330. A despesa com a derivação da linha desde a rêde geral, à partir do ponto mais conveniente, correrá por conta do requerente.

Art. 331. A Prefeitura reserva-se o

direito de determinar a qualidade do material a ser empregado nas instalações particulares, para o que manterá sempre, em depósito, modelo ou amostra desse material, para ser examinado.

Art. 332. O pagamento do consumo de energia será feito dentro de quinze dias após a apresentação do aviso ou conta. Não feito nesse prazo o pagamento, as contas serão acrescidas, de 10% do seu valor, prorrogando-se o prazo por mais 15 dias. Não satisfeito ainda o pagamento, será suspenso o fornecimento de energia e aplicado o depósito de garantia do consumo na liquidação da conta.

Art. 333. Suspenso o fornecimento de energia por falta de pagamento do consumo, a religação só será feita mediante novo depósito e pagamento da taxa de religação.

Art. 334. Suspenso o fornecimento de energia por falta de pagamento do consumo, a religação só será feita mediante novo depósito sem efeito.

Art. 334. Não é permitida a ligação de mais de uma casa a um mesmo circuito, ou a um só medidor, sob pena de multa e corte da ligação, salvo quando se tratar de dependencias do prédio.

Art. 335. Os medidores de propriedade particular deverão ser apresentados ao Serviço de Eletricidade, para aferição, antes de instalados.

Art. 336. Os medidores serão aferidos e lacrados com selo de chumbo, não podendo ser violados, sob pena de multa.

Art. 337. Os limitadores deverão ser tambem lacrados e sua violação será punida com

multa.

Art. 338 - Será passível das seguintes multas:

I - de Cr$ 200,00 a Cr$ 500,00 aquele que:

a) - violar os selos de chumbo destinados a fechar os contadores ou limitadores, ou fizer ligações antes destes aparelhos;

b) - violar os medidores.

II - De Cr$ 100,00 a Cr$ 200,00; aquele que:

a) - instalar medidores sem prévia aferição destes pela Prefeitura;

b) - desviar, inutilizar ou danificar medidores ou limitadores instalados, quando forem estes pertencentes à Prefeitura;

c) - fizer instalações clandestinas ligando dois ou mais prédios no mesmo circuito de entrada ou derivação.

d) - obstar ou dificultar a visita do encarregado da fiscalisação, para inspeção no interior dos prédios ou terrenos;

e) - fizer qualquer alteração na instalação elétrica particular a "Forfait", aumentando o numero de velas, sem prévia autorisação da Prefeitura.

Art. 339 - As infrações dos dispositivos deste Titulo, para as quais não se estabeleceram penas especiais, serão punidos com multas de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00 conforme a gravidade da falta.

Parágrafo único - As multas serão cobradas em dobro nas reincidencias, respeitado o maximo legal.

Titulo III

Do serviço de abastecimento dagua

Capítulo I

Da obrigatoriedade

Art. 340 – Os proprietários de prédios ou terrenos não edificados em vias públicas onde exista rêde distribuidora, ficam obrigados, a partir da data da promulgação deste Código, ao pagamento da respectiva taxa de consumo estabelecida na legislação tributária.

Parágrafo único – Se o prédio ainda não estiver ligado á rêde distribuidora, a taxa será cobrada pelo preço de pena d'agua ou pelo mínimo, no caso de medidores.

Art. 341 – O proprietário de prédio nas condições do art. anterior, já dotado de rêde domiciliária ainda não ligada a rêde distribuidora ainda não ligada á rêde distribuidora, fica obrigado a requerer a ligação no praso de 30 dias. Não o fazendo incorrerá na multa de Cr$ 200,00, prorrogando-se o praso por 30 dias. Finda a prorrogação e ainda não requerida a ligação ser-lhe-á aplicada a multa em dobro. A Prefeitura fará então a ligação, cobrando o preço das obras indispensáveis para tal, além das taxas regulamentares.

§ 1º – Se o prédio ainda não for dotado da rêde domiciliária, fica o proprietário obrigado a construi-la e a requerer sua ligação á rêde distribuidora no praso de 60 dias, sob pena de multa de Cr$ 200,00. Não o fazendo, o praso será prorrogado por 30 dias. Finda a prorrogação, sem que a tenha feito, ser-lhe-á aplicada em dobro, e a Prefeitura executará os serviços cobrando seu custo acrecido de 20%, a título de administração.

§ 2º - A Prefeitura não dará a necessária licença para habitação de prédio novo sem que haja sido feita a ligação á rêde de água.

Art. 342 - Na data da construção da rêde distribuidora, nas vias públicas, onde ela não exista atualmente, se estabelecerão as obrigações previstas nos arts. 341 e 342 e seus parágrafos.

Parágrafo único - Os prazos previstos nos arts. 341 e 342 e seus parágrafos serão contados da data da construção da rêde de distribuição.

Art. 343 - Cada prédio terá sua ligação própria para o suprimento d'água, não se permitindo, sob pena de multa, a derivação de uns para outros prédios e de umas para outras economias distintas, embora contiguos, e do mesmo proprietário.

§ 1º - Verificada a infração, contar-se-á a ligação para o prédio, até que o responsável destrua, á sua custa, as derivações clandestinas e pague a multa.

§ 2º - Tratando-se de prédio de mais de uma moradia, da ligação comum á rêde distribuidora, far-se-á a derivação para cada residencia, tendo cada derivação seu próprio registro de prova d'água ou hidrômetro.

Art. 344 - Será mantida em dia, para efeito de cadastro, uma planta da cidade, com indicação de todas as instalações domiciliárias.

Parágrafo único - Convenções convenientes darão indicações da fonte de abastecimento e dos demais elementos que interessem ao assunto.

Capitulo II

Dos Hidrômetros

Art. 345 - Será preferido, para contrôle

do consumo d'agua na cidade, o sistema de hidrômetros. O emprego desse sistema será obrigatório no caso de o abastecimento ser feito com água submetida préviamente a tratamento, por qualquer processo destinado a melhorar-lhe as qualidades bacteriológicas, físicas ou químicas.

Parágrafo único - No caso do emprego de hidrometros, para efeito do cômputo da taxa mínima de consumo, fica estabelecida o limite maximo de 30ms. de agua mensalmente. O excedente a este limite será pago por metro cúbico, de acordo com a legislação tributária vigente.

Art. 346 - Os hidrômetros serão fornecidos e instalados pela Prefeitura, pagando préviamente o interessado, a taxa de ligação prevista na legislação tributária.

§ 1º - Compete a Prefeitura determinar o diâmetro do hidrômetro a instalar, segundo o consumo presumivel do prédio.

§ 2º - Tratando-se de estabelecimento cujo consumo d'agua exija a instalação de hidrometros especiais, quanto a tipo e diâmetro, será o aparelho adquirido pelo consumidor.

Art. 347 - Pela conservação dos hidrometros, pagarão os proprietários dos prédios as taxas estabelecidas na legislação tributária vigente.

Art. 348 - Mediante o pagamento da taxa a que se refere o artigo anterior, incumbe á Prefeitura a conservação dos hidrometros, isto é, a sua limpeza e os concertos motivados pelo desgaste natural do aparelho.

Parágrafo único - Não se compreendem na conservação os reparos de defeitos do hidro

metro causados por culpa do proprietário ou morador do prédio, que, neste caso, será responsabilizado pelas despesas decorrentes dos reparos sujeito ainda á multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00 conforme a gravidade da falta.

Art. 349 - O proprietário ou morador do prédio será responsável pela guarda do hidrômetro, cumprindo-lhe indenizar a Prefeitura em caso de inutilisação ou extravio.

Art. 350 - Antes de colocado, o hidrômetro será aferido e lacrado com sinete da Prefeitura, podendo o interessado assistir a aferição, cujo resultado se registrará em livro especial.

Art. 351 - Faculta-se ao interessado pedir a aferição do hidrometro, cujo funcionamento considere defeituoso, e não sendo encontrado defeito, ficará o reclamante sujeito ao pagamento da importancia de Cr$ 10,00 para indenisação do trabalho de inspeção.

Paragrafo único - Para efeito do pagamento dessa importancia, considera-se em funcionamento regular o hidrometaro cujo erro de leitura não exceda a 6%, para mais ou para menos.

Art. 352 - Os funcionarios encarregados da limpesa e leitura dos hidrômetros comunicarão á secção competente da Prefeitura quaisquer defeitos ou irregularidades neles observadas, afim de se fazerem os concertos necessários.

Art. 353 - As leituras de hidrometros serão feitas de trinta em trinta dias, aproximadamente, por funcionarios especializados que as anotarão, em impresos proprios.

§ 1º - Recebidos os impresos, pela se-

são competente, proceda-se á sá expedição das contas de consumo, para cobrança das respectivas taxas, que deverão ser pagas na tesouraria da municipalidade dentro de quinze dias, seguintes á apresentação da conta.

§ 2º - Serão desprezados no cálculo para pagamento das taxas de consumo as frações de metro cúbico.

§ 3º - Não pagas, dentro de 15 dias, as contas serão acrescidas de 10%, prorrogando-se o praso por mais 15 dias. Finda a prorogação e não pagas as contas, será interrompido o fornecimento.

§ 4º - O restabelecimento da ligação, cortada na forma do parágrafo anterior, será feito mediante liquidação do débito e pagamento da taxa de religação.

Art. 354 - O proprietário do prédio desabitado é responsável pela guarda do hidrômetro, salvo se pedir a retirada do aparelho, que só será novamente instalado mediante o pagamento da respectiva taxa.

Art. 355 - As atuais ligações sob o regime de pena d'agua serão provisóriamente mantidas, a critério da Prefeitura, que procederá á sua substituição gradativa por hidrômetros.

Parágrafo único - A substituição terá inicio nos prédios onde houver maior consumo d'agua, como hoteis, pensões, estabelecimentos de ensino, hospitais, garagens, estabelecimentos industriais, etc.

Capitulo III

Do fornecimento por penas

Art. 356 - A pena d'agua terá vasão de 1.000 litros de água em 24 horas e as taxas

respectivas serão cobradas em conformidade com as leis tributárias do município.

Capítulo IV

Disposições Gerais

Art. 357 - Em todo ramal domiciliário serão instalados:

1) um registro de passagem externo, de uso exclusivo da Prefeitura;

2) um hidrômetro ou um registro de pesa;

3) um registro de passagem interno para uso do consumidor.

Art. 358 - A rêde de instalação d'agua num prédio divide-se em externa e interna.

§ 1º - A rêde externa compreende a derivação, a partir da rêde distribuidora, até o registro de passagem interno exclusive.

§ 2º - A rêde interna compreende a instalação no interior do prédio, a partir do registro de passagem interno inclusive.

Art. 359 - A construção, reparos ou alteração da rêde externa, quando pedidos ou de interesse do consumidor, inclusive demolição e recomposição do calçamento e do passeio serão feitos pela Prefeitura por conta do interessado.

Parágrafo único - A execução desses serviços será procedida pelo depósito, na Tesouraria Municipal, da importancia do orçamento das obras, organisado pela Prefeitura, a requerimento do interessado.

Art. 360 - A rêde interna será feita pelo proprietário, de acordo com os dispositivos regulamentares sob fiscalização da Prefeitura.

§ 1º - Antes da ligação — da compe

fonte exclusiva da Prefeitura, - fará esta uma vistoria na rêde interna, podendo negá-la se se verificar, na sua execução, qualquer inobservancia das disposições regulamentares.

§ 2º - Verificada a hipótese prevista no paragrafo anterior, a ligação só será concedida depois de feitas na instalação as modificações necessárias ao seu enquadramento nas disposições regulamentares.

Art. 361 - Prédio nenhum se abastecerá diretamente da rêde geral e sim por intermédio de um depósito domiciliario que tenha capacidade de minima de 300 litros.

§ 1º - Os depósitos domiciliários deverão satisfazer ás seguintes condições:

a) serem construidos de concreto armado, ferro galvanisado ou ferro fundido;

b) terem tampa que impeça a entrada de mosquitos, poeira, liquidos e quaisquer materias estranhas;

c) terem alimentação regulada por torneira de fecho automático;

d) terem tubo de descarga e tubo de ladrão;

e) terem tomada d'agua a cêrca de cinco centimetros acima do fundo;

f) serem instalados em lugar de fácil inspeção, afastados dos fogões e resguardados contra o sol.

§ 2º - Para casas de residencia propria de operarios ou de pessoas sem recursos, poderá ser dispensado o depósito domiciliário, a juizo da Prefeitura.

Art. 362 - As ligações concedidas pela Prefeitura destinam-se ao fornecimento de água

para usos domiciliares comuns, ficando a concessão de ligações para outros fins subordinada ás possibilidades da rêde de abastecimento.

Art. 363 – Verificando-se a incapacidade da rêde pública e havendo possibilidade ou conveniencia de aproveitamento de água em outra fonte, será concedida licença para captações privadas.

Art. 364 – A requerimento do construtor poderá ser concedida ligação de água para execução de obras de qualquer natureza.

§ 1º – Nesse caso é obrigatório o emprego do hidrômetro.

§ 2º – As despesas de ligação serão pagas pelo construtor, sob cuja responsabilidade ficam a conservação do hidrômetro e instalações, bem como o pagamento do consumo verificado.

§ 3º – Finda a obra, o construtor dará disso conhecimento, por escrito, á Prefeitura para se proceder á verificação do consumo posterior á última leitura e corte da ligação.

Art. 365 – É vedado aos proprietários ou moradores, sob pena de multa, consentirem torneiras, ou quaisquer outros aparelhos, abertos ou estragados, de forma a se permitir desperdicio d'agua.

Art. 366 – Sob pena de multa, os proprietários ou moradores são obrigados a permitir a entrada, nos prédios, dos encarregados do serviço de agua para efeito de inspeção das instalações domiciliares.

Art. 367 – Aquêle que causar dano, de qualquer natureza, ás caixas de conservatórios dagua, encanamentos, registros ou peças quaisquer do abastecimento público, além de ser multado, ficará obrigado a reparar o dano.

Art. 368 - Aquele que causar dano, de qualquer natureza, ás caixas e reservatórios d'agua, encanamentos, registros ou peças quaisquer do abastecimento público, além de ser multado, ficará obrigado a reparar o dano sem efeito -

Art. 368 - É proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço de água nas dependencias do reservatório e da estação de tratamento d'agua e na sua área de proteção.

Art. 369 - É proibida a entrada, sob qualquer pretexto, de pessoas estranhas ao serviço de água, e a passagem ou permanencia de animais na área de proteção dos mananciais.

Art. 370 - A limpeza dos reservatórios e da rêde de distribuição será sempre precedida de aviso aos consumidores.

Art. 371 - São passiveis das seguintes multas:

I - De Cr$ 100,00 a Cr$ 200,00 todo aquele que:

a) impedir ou desviar, propositadamente, o curso d'agua do manancial que alimenta a rêde adutora do abastecimento público;

b) causar quaisquer danos ou avarias nas caixas d'agua, encanamentos, registros ou peças de qualquer natureza, do serviço de água;

II - De Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00 todo aquele que:

a) - deixar de colocar caixas ou depósitos de agua, domiciliares, providos de boia;

b) - tirar derivação d'agua para prédio ou terreno vizinho;

III - De Cr$ 30,00 a Cr$ 50,00 todo

aquele que:

a) deixar as instalações d'água em máu estado de conservação ou com defeito de funcionamento;

b) - fizer qualquer modificação na rêde externa, manobrar o registro externo de entrada ou fraudar, de qualquer modo, o regulador da vasão;

c) impedir que os encarregados do serviço procedam ás necessárias inspecções nos prédios em que haja instalação de água.

d) deixar torneiras ou outros aparelhos, abertos, ou estragados de forma a permitir o desperdicio d'agua;

Art. 372. As multas previstas neste Titulo serão cobradas em dôbro nas reincidencias, respeitado o máximo legal.

Titulo IV

Do serviço de esgotos sanitários e de aguas pluviais.

Capitulo I

Concessão de ligações

Art. 373. Todo prédio construido em logradouro dotado do serviço de esgôtos, deverá ser ligado á respectiva rêde pela forma estabelecida neste Titulo.

Art. 374. As ligações serão feitas por meio de ramais domiciliários construidos pela Prefeitura á custa do interessado, até os limites indicados no art. 384, passando estes ramais a fazer parte da rêde geral respectiva.

Art. 375. A concessão de ligações de esgoto será processada em requerimento dirigido ao Prefeito, e, para que seja atendido, deverá o inte-

ressado satisfazer ás exigencias seguintes:

a) apresentar duas cópias da planta aprovada do prédio, ou do projeto submetido á aprovação da Prefeitura quando se tratar de construção nova, devendo constar da mesma a rêde interna;

b) pagar o orçamento relativo á mão-de-obra para demolição e reconstrução do calçamento e do passeio, para abertura das valas, construção do ramal domiciliário e demais serviço indispensáveis á execução da ligação;

c) fornecer o material necessário para construção dos ramais domiciliários, de acordo com o que determinar a repartição competente.

§ 1º Os orçamentos serão acrescidos de 10% para eventuais, e limitados a um mínimo de Cr$ 20,00 para cada ligação.

§ 2º - Para casas de residencias-própria de operarios a juizo do Prefeito e a titulo precário poderá ser concedida ligação de esgôto, sem as exigencias da letra "a", desde que o proprietário apresente o recibo de pagamento do imposto predial relativo ao exercicio anterior.

§ 3º - Tratando-se de prédio que tenha instalação sanitária despejando em fôssa interna, poderá ser concedida a ligação de esgôto á rêde pública, sem a exigencia da letra "a".

Art. 376. As ligações de esgoto, para vila ou rua particular, serão feitas separadamente para cada casa, por meio de sub-ramais derivados de ramais-troncos gerais, construidos á custa do proprietário e incorporados ás rêdes da Prefeitura.

Art. 377 - Modificações posteriores nas ligações e que não forem de iniciativa da Prefeitura, bem como alguma substituição de material estragado, correrão por conta do proprietário.

Capítulo II

Do esgotamento e rêdes domiciliares

Secção I

Das águas residuais

Art. 378 - Destinam-se as canalisações de esgotos, dos prédios, á coleta de aguas residuais provenientes de latrinas, mictórios, pias de cosinha, tanques de lavar roupa, lavabos e banheiros, conduzindo-as á rêde geral de esgotos sanitários.

Parágrafo único. É expressamente proibido escoar águas pluviais pelos condutos de esgotos sanitários dos prédios.

Art. 379 - Nos logradouros ainda não servidos de esgotos, serão as águas residuais encaminhadas para fossas sépticas; e nem é permitido, sob pena de multa, deixar que corram livremente pelos quintais, ou pelas sargetas da via pública.

§ 1º - As fossas, perfeitamente cobertas, á prova de insetos e pequenos animais, ficarão afastados, das habitações, dez metros, pelo menos.

§ 2º - Chegando a rêde de esgotos sanitários ao logradouro, não mais será tolerado o uso de fossas, que serão aterradas, logo feitas as ligações dos prédios ao coletor geral.

Art. 380 - É' proibido lançar aguas de esgoto, "in natura", aos corrégos ou ribeirões, dentro e a montante da cidade, apenas o tolerando a Prefeitura quando, primeiro sejam convenientemente tratadas.

Art. 381 - Águas residuais que transportem materias capazes de obstruir a rêde de esgotos, principalmente as que procederem de cocheiras, garagens, açougues, restaurantes, passarão através de aparelhos de retenção, antes de irem ao coletor geral.

Art. 382 - Águas servidas, procedentes de matadouros, tinturarias, usinas de açúcar, fabricas de papel, cortumes e outros estabelecimentos indústriais, primeiro serão tratadas, segundo o ajuise a Prefeitura, para depois irem á rede geral de esgotos ou aos cursos d'agua que atravessam a cidade. Ao serem encaminhadas ás rêdes de esgotos, estas aguas terão temperatura máxima de 35° e estarão sempre neutralisadas.

Secção II

Dos ramais domiciliários

Art. 383 - Para os despejos do esgôto domiciliário, terá cada prédio o seu ramal de ligação privativo. Este ramal será provido de uma peça ou caixa de inspeção, de tampão imóvel, instalada de modo que fique bem assinalada superficialmente, e tão próximo, quanto possivel do limite entre a propriedade e o logradouro.

Art. 384 - O ramal domiciliário de esgotos compreende um trecho externo, ou na via pública, e um trecho interno, ou dentro da propriedade.

§ 1º - Correrão sempre por conta do proprietário do prédio as despesas de desobstrução do trecho externo.

§ 2º - Serviços no trecho externo

do ramal — isto é, do coletor geral até a junção com a peça ou a caixa de inspeção — competem exclusivamente à Prefeitura, vedada qualquer interferencia de pessoa estranha.

Art. 385 — Os ramais domiciliarios terão a declividade minima de ~~três~~ centimetros (0m,03), por metro linear, para um diametro mínimo de dez centimetros (0m,10) ou 4".

§ 1º — Para o caso de edificios especiais as condições técnicas de ramal serão fixadas pela repartição competente.

§ 2º — Quando as condições do terreno impuserem uma declividade inferior a 0m,03, por metro, para o ramal domiciliário, serão adotados meios eficazes de lavagem, que assegurem a expulsão completa dos resíduos.

Art. 386 — Só será feita a ligação, pela Prefeitura, do ramal domiciliário á rede de esgotos, depois de verificada a fiel observancia do que dispõe este Titulo sobre instalações sanitárias internas, de prédios.

Art. 387 — Durante a construção do prédio, desde que o ramal seja para uso definitivo, poderá ser feita ligação provisória de esgoto, que sirva aos operarios empregados na obra.

Parágrafo único — É proibida a abertura de fossas para serventia de operarios, nas zonas servidas com redes de esgotos sanitários.

Art. 388 — Nos casos em que a situação topográfica de um prédio impeça o esgotamento direto pelo logradouro fronteiro, a Prefeitura providenciará a construção de um ramal coletor através de propriedades particulares, de acordo com o direito de servidão.

§ 1º - Os proprietários deverão permitir a passagem do ramal coletor pelas suas propriedades, desde que a imponham as condições topográficas do terreno.

§ 2º - O ramal coletor passará numa faixa de terreno não edificado e será construido de modo que não danifique as propriedades.

§ 3º - Cabe a Prefeitura a conservação deste ramal coletor, considerado integrante da rêde pública.

Art. 389 - Nas demolições de prédios ligados á rêde de esgotos sanitários, o construtor é obrigado a pedir por escrito o corte da ligação, que será feito gratuitamente.

Secção III

Das instalações internas

Art. 390 - Uma instalação interna de esgotos comprende:

a) - o trecho interno do ramal domiciliário desde a peça ou caixa de inspeção, inclusive, até a chaminé de ventilação;

b) - as ramificações de despejo e de circulação de gases;

c) - a caixa de gordura e a fossa séptica, quando necessária;

d) - aparelhos sanitários e acessórios.

Art. 391 - Nos prédios de residencia a instalação sanitária constará, no mínimo, de: a) um chuveiro de aspersão; b) uma latrina e pertences; c) uma pia para água servida; d) um tanque de lavar roupa.

Art. 392 - As instalações domiciliárias de esgotos atenderão as regras gerais que a se-

guir se enumeram.

I - Todos os aparelhos sanitários terão canalisações próprias e disporão de sifões desconectores convenientemente ventilados.

II - As águas servidas das pias de cosinha deverão ser lançadas em caixas de gordura ligadas, por meio de sifão, ao coletor dos outros despejos.

III - Os aparelhos receptores de águas residuais serão providos de grelhas para impedir a passagem de matérias que possam obstruir as canalisações de esgotos.

IV - O tubo de queda para descarga de latrina terá no mínimo tres polegadas (3) de diametro, e, sempre que possivel, descerá verticalmente, não podendo, em caso algum, fazer com a vertical angulo maior do que quarenta e cinco graus (45°).

V - O mesmo tubo de queda poderá receber os despejos de varios aparelhos sanitarios, desde que tenha o diametro suficiente, de acordo com o número deles.

VI - A chaminé de ventilação dos esgotos deverá elevar-se pelo menos a um metro e meio (1m,50) acima do telhado do prédio, e ficar afastada das janelas e aberturas das casas visinhas de modo, que estas não venham a ser invadidas pelos gazes de esgotos.

VII - A chaminé de ventilação dos esgotos poderá ser o proprio tubo de queda prolongado acima do telhado, ou então constituida por um tubo de ferro fundido ou galvanisado com o diâmetro minimo de tres polegadas (3"), assentado, sempre que possivel de encosto á parede externa do prédio; a este ventilador se ligarão os demais

tubos de ventilação dos sifões desconectores, com as precauções indicadas pela técnica sanitária.

VIII – O diametro dos tubos de ventilação não será menor do que o diâmetro do respectivo sifão desconector.

IX – Toda a canalisação de esgôto, dentro ou fora do prédio, deverá ser traçada em partes retas, tendo o menor número possivel de mudanças de direção ou de inclinação.

X – Excetuados os casos de necessidade, nenhum trecho da canalisação principal do esgoto deverá ficar embutido nas paredes ou pisos do edificio.

XI – Nas mudanças de direção ou inclinação se instalará caixa ou peça apropriada, com espéculo ou tampo de desobstrução, não se empregando, em tais mudanças, nem curvas de mais de um oitavo (⅛), nem cruzes ou tês sanitários.

XII – Na ligação das ramificações de despejo com o tubo de queda, serão empregadas peças em ipsilon e curvas de um oitavo (⅛), ou tês sanitários, enquanto na ligação do tubo de queda com a canalisação em declive, será empregada curva de um oitavo com ipsilon munida de batoque, atarraxado no extremo livre da peça.

XIII – As canalisações de esgotos dos prédios deverão ser de ferro fundido ou galvanisado. Permitir-se-á o emprego de manilhas, apenas nos trechos externos, enterrados a convenientes profundidade e situados em áreas descobertas.

XIV – Nas ramificações de despejo, as manilhas terão o diametro minimo de tres polegadas (3") e as junções dessa ramificações com o ramal domiciliário (trecho interno) serão feitas por meio

de peças apropriadas ou caixas de inspecção.

XV - As manilhas serão assentadas em leito convenientemente preparado, bem socado e com declividade certa.

XVI - As juntas das manilhas deverão ser perfeitamente estanques, executadas com capricho, sem rebarbas internas.

XVII - Quando for necessária a passagem da canalização de esgoto por baixo dos alicerces das casas, deverá ser feita com todo o cuidado empregando-se tubo de ferro fundido, isolado dos referidos alicerces.

Art. 393 - Os aparelhos sanitários deverão satisfazer os requisitos dos respectivos destinos; serão de tipos oficialmente aprovados e terão sifões e tubos de descarga com os diametros determinados pela técnica sanitária.

§ 1º - A latrina, particularmente, deverá preencher as seguintes condições:

a) - ter sifões de obturação hidráulica, de tres polegadas (3") de diametro minimo, munidos de orifício para ventilação;

b) - ter forma simples, de uma só peça, sem revestimento de alvenaria ou madeira, e ser feita de material apropriado, de superficie polida.

c) - permitir facil inspecção e limpeza, libertando-se de materias leves ou pesadas por descarga de dez a quinze litros;

d) - ter o fecho hidráulico do sifão, no minimo, cinco centimetros de altura d'agua, inalterável após a descarga de lavagem.

§ 2º - A lavagem das latrinas será feita por descarga provocada - e nunca automática -

mediante um dos seguintes processos: válvulas de fluxo (flush-valve); caixa de sifonagem, de tipo aprovado; caixa comum de descarga com 10 a 15 litros de capacidade, perfeitamente fechada, à prova de mosquitos, colocada a um metro e oitenta centímetros (1m,80), no mínimo, acima do aparelho receptor e ligada a êste por um tubo, cujo diâmetro terá uma polegada e um quarto (1¼").

§ 3º - As caixas para descarga de lavagem das latrinas terão alimentação regulada por fechos automáticos.

§ 4º - Os mictórios comuns atenderão aos seguintes requisitos:

a) - serem construidos, com exclusão do cimento, de material resistente e impermeável, de superfície lisa;

b) - terem admissão de água mediante um registro;

c) disporem uma caixa de descarga, em altura conveniente — quando instalados em grupo.

§ 5º - No caso de latrinas auto-sifonadas, únicas assentes sem ventilação, será feita uma ventilação direta pela extremidade do ramal a que se liguem estes aparelhos.

Art. 394 - Todas as instalações deverão ficar em pavimento acima do nível do passeio, a fim de o ramal de ligação não ter profundidade superior a 1m,50, salvo a hipótese prevista no art. 398.

Art. 395 - A manilha de grês cerâmico atenderá as seguintes condições:

a) - ser feita de barro de composição homogênea;

b) - não apresentar bolhas, nem fendas ou ou-

tros defeitos;

c) - ser bem vitrificada, polida por dentro, e claramente sonora á percussão;

d) - suportar a prova de duas atmosferas;

e) - ter formas de tubos retos, sem curvatura nem flecha, secção circular e espessura sensivelmente uniforme.

Art. 396 - Os projetos de construções, reconstruções, reformas, acréscimos e modificações de prédios deverão subordinar a localização das latrinas, banheiras, lavabos, tanques, etc., as conveniências de uma bôa instalação sanitária, com facilidade de escoamento, ventilação e inspeção, segundo as indicações deste Título.

Parágrafo único - Será sempre exigido que se indique a situação altimétrica exata dos aparelhos sanitários e canalisações de esgotos em relação ao meio fio do logradouro público.

Art. 397 - As exigencias do artigo anterior e seu parágrafo único se aplicam tambem aos prédios já construidos, que não estejam ainda ligados á rede de esgotos, devendo figurar nas respectivas plantas as indicações aqui exigidas.

Art. 398 - É privativo de cada prédio o seu serviço de esgotos, vedada a sua ramificação para outro prédio.

Art. 399 - A obstrução ou inutilisação de esgotos velhos, quando necessário, será feita, gratuitamente, pela Prefeitura.

Art. 400 - As alterações ou ampliações dos serviços de esgotos domiciliários não podem afastar-se das linhas gerais estabelecidas neste Título ficando aquele que deixar de observa-las, sujeito ás penalidades aqui previstas.

Capitulo III

Do projeto, execução e fiscalização dos serviços domiciliares

Art. 401 – As instalações internas de esgoto serão projetadas e executadas por profissionais devidamente habilitados.

Art. 402 – Nas construções novas é obrigatória a apresentação do projeto das instalações domiciliares simultaneamente com o projeto de construção.

Art. 403 – O projeto poderá ser esquemático, mas conterá sempre indicações precisas sobre os depositos de agua, aparelhos sanitarios e canalisações principais, tudo de acordo com as determinações do presente Titulo.

Art. 404 – As demolições de prédios servidos de agua e esgotos deverão ser, obrigatoriamente, notificadas por escrito á repartição competente.

Art. 405 – Os serviços domiciliarios de agua e esgoto serão fiscalisados pela Prefeitura e submetidos á prova sempre que for necessario.

Art. 406 – Nas obras em andamento as canalisações não podem ser cobertas por aterros, muros, ou revestimento, antes de serem examinadas por agentes da Prefeitura, os quais poderão exigir do responsável pelos serviços a remoção de qualquer obstáculo que se oponha á inspeção.

Paragrafo único – Quando, para o conveniente andamento das obras, for necessario a cobertura de trechos das canalisações internas, deverá o responsavel pelas instalações enviar aviso neste sentido á repartição competente, para que esta

mande examinar os referidos trechos, dentro do prazo de 48 horas.

Art. 407 - A Prefeitura poderá exigir a substituição de material defeituoso e a modificação ou conserto das instalações domiciliarias que não estiverem de acordo com as disposições deste Titulo.

Art. 408 - Não serão ligadas as rêdes gerais de esgotos os prédios, novos ou antigos, cujas instalações internas não tenham sido executadas segundo as prescrições regulamentares.

Art. 409 - Os proprietários são obrigados a manter as instalações domiciliares em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a intervenção da Prefeitura nos casos em que se verificar a inobservância desta disposição.

§ 1º - Quando, nas instalações internas de esgoto forem encontrados estragos ou defeitos de funcionamento, o proprietário será intimado a mandar fazer as reparações necessárias dentro do prazo de dez dias, sob pena de multa.

§ 2º - Se a intimação não for cumprida, tornar-se á efetiva a imposição da multa, que deverá ser paga dentro do prazo de cinco dias.

Art. 410 - Compete ao morador do prédio a desobstrução das canalisações internas, bem como a limpeza dos aparelhos sanitários, sifões, ralos, caixas de gordura, e lavagem dos depósitos domiciliares.

Capitulo IV

Do esgotamento das aguas pluviais internas

Art. 411 - A solução do esgotamento pluvial do interior das propriedades fica a cargo do interessado, que usará os meios ao seu alcance,

menos o de realisá-lo pelos aparelhos ou canalisações de esgotos sanitários.

Art. 412 – Quando no logradouro existir galeria de aguas pluviais e a situação topográfica do terreno não permitir o escoamento para a sargeta, atraves de canalisação por baixo do passeio consentirá a Prefeitura que seja feita ligação de esgoto pluvial na referida galeria.

Art. 413 – A concessão de ligação de esgoto pluvial, será processada em requerimento, executando a Prefeitura, a construção do ramal externo da ligação, por conta do interessado.

Art. 414 – As aguas pluviais serão coletadas em caixas com ralos, de tipo oficialmente aprovado.

Art. 415 – A declividades e os diametros das canalisações de aguas pluviais serão determinados pela comissão competente.

Art. 416 – Na construção de esgotos pluviais internos serão tomadas todas as precauções para que não seja possivel a intercomunicação com os esgotos sanitarios.

§ 1º – É expressamente proibido o despejo de aguas servidas, nas canalisações de esgotos pluviais.

§ 2º – Quando for necessario, a passagem de canalisação de aguas pluviais por baixo de prédio, deverá ser feita com todo o cuidado, empregando-se tubo de ferro fundido ou manilhas envolvidas numa camada de concreto de espessura minima de 10 cm e de traço 1:3:5.

Capitulo V

Disposições gerais

Art. 417 - É proibido a qualquer pessoa, mesmo a funcionario de outras repartições públicas, empreiteiros e empresas que explorem serviços públicos, interrir nas instalações de esgotos sanitarios e pluviais por qualquer pretexto sob pena de multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00.

Art. 418 - Serão sempre adotados, nos serviços novos, os melhoramentos que forem sancionados pela tecnica sanitária.

Art. 419 - As infrações ás disposições deste Título serão punidas com multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 300,00 aplicaveis em dôbro nas reincidencias.

Art. 420 - O restabelecimento de ligação cortada em virtude de imposição de multa só se realisará depois de efetuar-se o pagamento da mesma e após o cumprimento da disposição violada que lhe deu motivo.

Título V

Do serviço telefônico

Capitulo I

Das concessões

Art. 421 - A exploração ou concessão de telefones interestaduais cabe á União, nos termos da Constituição Federal, artigo 5, item XII, observando-se, para as concessões intermunicipais, a legislação estadual respectiva.

Capitulo II

Das instalações

Art 422 - A utilisação das vias publicas, logradouros, estradas e caminhos municipais

para instalações de postes e qualquer aparelhamento necessario e util ao serviço telefonico, obedecerá ás normas estabelecidas nos artigos seguintes:

Art. 423 - O plano de rêdes telefonicas, aéreas e subterraneas, na zona dos Municipios e distritos, deverá ser previamente aprovado pela Prefeitura.

Art. 424 - A localisação dos postes e outros aparelhos nas vias publicas e logradouros, deverá ser feita de preferencia no alinhamento do meio-fio.

Art. 425 - Só será permitida a colocação de postes nos eixos das vias publicas, quando nestas existirem refugios centraes, ainda que não ocupados pela posteação do serviço de iluminação.

Art. 426 - As linhas telefonicas aéreas poderão ser fixadas nos postes de iluminação publica mediante permissão da empresa concessionaria ou da Prefeitura, se este for o caso.

Art. 427 - A utilisação dos postes de iluminação publica, para fixação das redes e aparelhamento do serviço telefonico será objeto de contrato em que serão estipuladas as condições e taxas relativas á utilisação dos postes, quando as instalações forem da Prefeitura ou do Estado.

Art. 428 - As redes aéreas do serviço telefonico poderão ser fixadas nas faichadas dos edificios, nas vias publicas muito estreitas ou onde houver impossibilidade de serem colocados postes especialmente para o serviço telefonico.

Art. 429 - As redes telefonicas sub-

ferrancas são obrigatorias nas ruas asfaltadas com frais da zona urbana, na séde do Municipio.

Art. 430 – Só será permitido o emprego de postes de madeira em ruas não pavimentadas.

Art. 431 – Nos centros urbanos, onde se instalarem redes aéreas telefonicas, só poderão ser utilizados para sua fixação postes de ferro de trilho ou de concreto.

Art. 432 – A canalização da rede subterranea será construida de preferencia nos frechos da via pública, no lado oposto á eletrica, se esta for subterranea.

Parágrafo único – A canalização deverá ser colocada sempre proximo a calçada, ou no centro das vias públicas, quando houver refugio central.

Art. 433 – A abertura e recomposição do calçamento nas vias públicas serão feitas por conta da empresa concessionária.

Art. 434 – A abertura de valetas nas vias públicas para as canalisações subterraneas ou quaisquer outras obras e serviços, em que a torne necessária a paralisação do transito urbano, deverá ser precedida de autorisação da Prefeitura.

Parágrafo único – A inobservancia dessa exigencia dará a Prefeitura direito de embargar os serviços e aplicar multas á Empresa, até Cr$ 500,00.

Art. 435 – Todas as obras a executar para instalação do serviço Telefonico na séde do Municipio ou Distritos, não incluidas no plano aprovado, só poderão ser executadas median-

-te licença e autorisação da Prefeitura sob pena de embargo e multa prevista no artigo anterior.

Parágrafo único - Estão sujeitos a esta obrigação todos os serviços telefonicos existentes, que são explorados, com ou sem contrato.

Art. 436 - As normas a que se referem os artigos 423 e 432 não são obrigatórias para os serviços já instalados na data de promulgação deste Código, salvo o caso de ampliação da rede, ficando os referidos serviços sujeitos às condições técnicas estabelecidas nos respectivos contratos.

Parágrafo único - Na medida do possivel deverão esses serviços adaptarem-se gradativamente ás condições deste Titulo, mediante entendimento com a Prefeitura, e a juiso desta.

Art. 437 - Todos os circuitos telefonicos devem ser trifilares, com proteção conveniente. Sua resistencia ohmica, entre o telefone e a respectiva estação, será no maximo de setecentos ohms, nas redes automáticas e de bateria central, e de 1.200 ohms, nas de magneto.

Art. 438 - Onde não houver serviço concedido, os particulares podem construir linhas telefonicas para uso exclusivo de suas propriedades.

Parágrafo único - A ocupação das vias publicas, caminhos e estradas municipais, por linhas particulares, dependerá de autorisação expresa da Prefeitura.

Titulo VI

Do serviço de transporte coletivo

Capitulo I

Normas para concessão

Art. 439 - O transporte coletivo no muni-

cipio só poderá ser feito por veículos previamente licenciados pela repartição de trânsito competente, e nas condições previstas no Código Nacional de Trânsito, no Regulamento de Veículos do Estado de Minas Gerais e neste Código.

Art. 440 – Para cada concessão serão fixados os itinerários e o número de veículos que se tornarem necessários para eficiência do serviço.

Art. 441 – Das propostas dos pretendentes á concessão deverá constar:

I – Relação dos percursos, com as distancias em quilometros;

II – Preço das passagens;

III – Número de veículos a serem postos em circulação e sua descrição;

IV – Número de viagens, por dia ou por semana, com o respectivo horario das partidas e chegadas.

Parágrafo único – Se o requerimento for de sociedade, deverá esta fazer prova de estar legalmente constituida.

Art. 442 – Os concessionários responderão administrativa e judicialmente pelos danos que causarem a pessoas e coisas transportadas em seus veículos.

Art. 443 – Qualquer modificação de itinerário, horário e preços de passagens somente vigorará, depois de aprovada pela Prefeitura, e anunciada com antecedencia de dez dias, no minimo.

Art. 444 – Os horários de partida e chegada deverão ser rigorosamente mantidos, não podendo ser descumpridos ainda que sob pretexto de recuperar atraso.

Parágrafo único - Nos pontos de refeição, o tempo de parada não poderá ser inferior a trinta minutos.

Art. 445 - O Prazo da concessão será no maximo de 5 anos.

Art. 446 - A concessão caducará se os serviços não forem iniciados no praso de 60 (sessenta) dias a partir da data da assinatura do contrato.

Art. 447 - Os veiculos de um concessionário não poderão, salvo expressa autorisação da Prefeitura, transitar em outros trechos, conduzindo passageiros.

Art. 448 - Os veiculos que ultrapassarem os limites do municipio, deverão ter espaço suficiente para condução das malas postais e para o transporte de bagagem dos passageiros.

Art. 449 - Todos os veiculos deverão ter uma taboleta indicando o seu destino, a qual possa ser lida à distancia de 40 ms durante o dia, e disponha de sistema de iluminação, para que possa ser vista a noite.

Art. 450 - Alem das condições comuns exigidas de todos os condutores de veiculos, os motoristas de veiculos de transporte coletivo são obrigados a:

I - Evitar paradas e partidas bruscas;

II - Não conversar, quando o veiculo estiver em movimento;

III - Atender, com regularidade, os sinais de parada;

IV - Tratar os passageiros com urbanidade;

V - Não fumar, quando em serviço;

VI – Não abandonar o veículo quando estacionado em ponto terminal.

Art. 451 – Sempre que possível, a juízo da Prefeitura, será estabelecida a exigência de uniforme para o pessoal empregado no serviço de transporte coletivo.

Art. 452 – Nos veículos de tração animal, empregados em serviço de transporte coletivo, deverá ser feita, obrigatóriamente, de seis em seis horas, sob pena de multa, a muda dos animais.

Parágrafo único – A Prefeitura manterá bebedouros para estes animais, em pontos convenientes.

Art. 453 – Todo veículo empregado no serviço de transporte coletivo deverá ser equipado com um aparelho extintor de incendio, em condições de funcionamento, excetuando-se os de tração animal.

Art. 454 – Os concessionários, ou seus prepostos, além das penalidades previstas no Código Nacional de Transito e no Regulamento de veículos do Estado, ficarão sujeitos mais ás seguintes multas, que serão impostas pela Prefeitura:

I – De Cr$ 100,00 para cada viagem regulamentar interurbana que seja suspensa, salvo os casos de força maior, e de 20 cruzeiros para cada viagem suspensa, se o serviço for urbano, sem motivo justificável.

II – de Cr$ 5,00 a Cr$ 20,00 para cada viagem atrasada sem causa justificada.

III – de Cr$ 10,00 a Cr$ 100,00 para os infratores das demais disposições deste capítulo.

§ 1º – As multas serão cobradas em do-

tros nos casos de reincidência.

§ 2º - A falta de pagamento das multas, no prazo fixado, constitui motivo para rescisão da concessão, a juizo da Prefeitura, independentemente de qualquer indenisação ao concessionário.

Art. 455 - Os proprietários de veiculos que, na data de promulgação deste Código, estejam explorando o serviço de transporte coletivo, deverão, dentro de 60 dias, regularisar a sua situação, de acôrdo com as normas deste Título, salvo se se tratar de concessão regulada em contrato.

Parágrafo único - Não satisfeita esta exigencia, abrirá a Prefeitura concorrencia para concessão das respectivas linhas.

Capitulo II

Da estação rodoviária

Art. 456 - A estação rodoviária tem por fim centralisar e fiscalizar todas as linhas de transporte coletivo rodoviário, que tenham a cidade como ponto de partida ou chegada, no regime de concessão a que se refere este Código.

Art. 457 - A estação Rodoviária fará cumprir os horários, o preço das passagens e os fretes, aprovados pela Prefeitura.

Parágrafo único - O itinerário, os horarios e os preços das passagens serão afixados na estação rodoviária, em lugar visivel.

Art. 458 - Todo veiculo das linhas municipais, sem prejuizo da vistoria do Serviço Estadual do Transito, será rigorosamente inspecionado pela estação rodoviária, para verificar se atende aos requesitos de conforto e segurança e ás condições de conservação.

Art_ 459_ Os veículos deverão estar na plataforma da Estação, completamente em ordem, dez minutos antes da hora da partida.

Parágrafo único_ Se ocorrer motivo de força maior, que impeça a partida do veículo, deverá o concessionário dar o necessário aviso à Estação Rodoviária, com meia hora, no mínimo, de antecedência.

Art_ 460_ A administração da Estação Rodoviária levará ao conhecimento da Prefeitura e dos órgãos especializados qualquer anormalidade que observar nos veículos que por ela transitarem.

Art_ 461_ A venda de passagens e os despachos de volumes ficarão a cargo da Estação Rodoviária.

Parágrafo único_ Por esses serviços e pelo uso da garagem os proprietários dos veículos pagarão a taxa prevista nas leis tributárias do município.

Art_ 462_ A cada passageiro será entregue, juntamente com a passagem, o número do lugar que irá ocupar no veículo.

Art_ 463_ A contabilidade da Estação Rodoviária se regerá pelas normas de contabilidade da Prefeitura.

Art_ 464_ A prestação de contas da Administração da Estação Rodoviária aos concessionários far-se-á semanalmente, por demonstração escrita.

Art_ 465_ Os alugueres das lojas existentes na estação, serão feitos mediante contrato escrito, precedido de concorrência pública ou administrativa.

Parágrafo único_ O prazo dos alu-

queres poderá ser renovado anualmente, a juizo da Prefeitura.

Art. 466 - Haverá na Estação Rodoviária incumbe, especialmente:

a) - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Título e as instruções que forem expedidas pela Prefeitura Municipal;

b) - organisar e submeter á aprovação da Prefeitura o regimento interno da Estação Rodoviária

c) - orientar e fazer executar todos os serviços da Estação, praticando os atos necessarios a eficiencia e bom andamento dos trabalhos;

d) - inspecionar os veiculos e controlar o seu movimento de entrada e saida, fazendo cumprir os horarios.

nulo

Título VII

Dos matadouros e do abastecimento de carne verde

Capitulo I

Da localisação, instalação e funcionamento dos matadouros.

Art. 466 - Haverá na Estação Rodoviaria um livro próprio para registro de reclamações e sugestões.

Art. 467 - Do encarregado da Estação Rodoviária incumbe, especialmente:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Título e as instruções que forem expedidas pela Prefeitura Municipal;

b) organisar e submeter á aprovação da Prefeitura o regimento interno da Estação Rodoviária;

c) orientar e fazer executar todos os

serviços da Estação, praticando os atos necessários á eficiencia e bom andamento dos trabalhos;

d) inspecionar os veiculos e controlar o seu movimento de entrada e saida, fazendo cumprir os horários.

Titulo VII

Dos matadouros e do abastecimento de carne verde

Capitulo I

Da localisação, instalação e funcionamento dos matadouros

Art. 468 — Os matadouros, na cidade ou nas vilas do Municipio, serão localisados nos sitios a esse fim destinados pelo respectivo plano de urbanismo.

Parágrafo-único — Na falta de plano de urbanismo, serão localisados em lugares distantes de, no minimo, 500 metros do núcleo da população, a jusante deste, onde haja fácil abastecimento d'agua para serventia do serviço, e proximo de curso d'agua com vazão suficiente para despejo dos residuos.

Art. 469 — Para construção e instalação de matadouros, deverão ser observadas as seguintes condições:

1º — Dimensões de edificios, compartimentos e dependencias, compativeis com a matança de animais em número correspondente ao dobro, pelo menos, do necessário para o abastecimento diário da população existente na localidade a que deva servir.

2º — O edificio compor-se-á principalmente dos seguintes compartimentos, com as respectivas instalações: sala de matança, sangra e esquartejamento; o depósito de carne verde, o vestiário, as instalações sanitárias e o escritório-laboratório;

3º — Piso impermeabilisado, em todo o edificio, com inclinação suficiente para escoamento

facil e rápido de águas e líquidos residuais;

4º Revestimento das paredes de todo o edifício com azulejos ou outro material impermeável, até a altura de 2m,00, excetuando-se o escritório, em que é facultativo o revestimento. Nos angulos internos das paredes o revestimento será feito com superficies curvas;

5º — Instalação de um reservatório d'agua com capacidade suficiente para todos os serviços de lavagem e limpesa, bem como canalisação ampla para coleta e escoamento das aguas residuais;

6º — Equipamento completo de aparelhos, utensilios e instrumentos de trabalho, de material inalterável quando submetidos ao processo de esterilisação;

7º — Esterilisadores para os aparelhos, instrumentos e utensilios;

8º — Carros estanques para transporte de animais, carcassas e visceras condenadas;

9º — currais, pocilgas e todas as dependencias.

Art. 470 — Os matadouros destinados a fins industriais, anéxos a fabricas de produtos alimenticios, terão instalações proporcionais á natureza e amplitude das respectivas industrias, e serão construidos de acordo com projetos aprovados pela Prefeitura observadas as disposições regulamentares e exigencias do Departamento de Saúde Pública do Estado.

Art. 471 — Anéxo ao proximo ao matadouro haverá um pasto fechado, com área suficiente para comportar, no minimo, o dôbro de numero de rezes abatidas por dia. Junto haverá um curral destinado ao gado bovino e caprino, com área adequada ao movimento do matadouro.

Art. 472 - Os restos do corte serão recolhidos ao pasto ou curral pelo menos 24 horas antes da matança. Esse recolhimento se fará todos os dias na mesma hora, que será determinada pelo encarregado do matadouro.

Art. 473 - As pocilgas serão divididas em diversos compartimentos, recebendo cada uma os porcos de um só dono e devendo elas ter capacidade para conter animais em numero suficiente para a matança em dez dias.

Parágrafo único - As pocilgas serão dotadas de rêde de abastecimento d'agua, de modo a facilitar a sua limpesa.

Art. 474 - Será mantido um registro de entrada de animais, do qual constarão a especie do gado, data e hora de entrada, estado dos animais, numero de cabeças, nome do proprietário e as observações que forem julgadas necessarias.

Art. 475 - Os animais serão alimentados por conta dos respectivos donos. Na hipótese de ser utilizado o pasto anexo ao matadouro, pagarão os donos as taxas ou diárias previstas nas leis tributárias ou no regulamento do serviço.

Art. 476 - O encarregado do matadouro é responsavel pela guarda dos animais confiados ao estabelecimento, não se estendendo essa responsabilidade aos casos de morte ou acidente, fortuitos ou de força maior, que não possam ser previstos ou evitados.

Paragrafo único - Verificada a morte de qualquer animal recolhido ao matadouro será o seu proprietário notificado para retira-lo dentro do prazo de 3 horas. Findo o prazo,

sem que a notificação haja sido atendida, o encarregado mandará fazer a remoção do animal correndo todas as despesas por conta do proprietário, que será ainda passível de multa.

Art. 477 - Nenhum animal poderá ser abatido sem o prévio pagamento do imposto ou taxa a que o marchante ou açougueiro estiver sujeito, na forma da legislação tributária do Município.

Art. 478 - O Matadouro será administrado por um encarregado a quem compete especialmente além de outras atribuições normais:

a) permanecer no recinto do matadouro em constante inspeção do serviço, desde o início até o término deste;

b) providenciar imediatamente no caso de qualquer anormalidade, comunicando o fato ao Prefeito.

c) distribuir o pessoal do matadouro de acordo com as necessidades do serviço;

d) manter a ordem e disciplina no matadouro.

Capítulo II

Da matança e inspeção sanitária

Art. 479 - É indispensável o exame sanitário dos animais destinados ao abate, sem o que este não será efetuado.

Parágrafo único - O exame será realizado no gado em pé, no curral anexo ao matadouro, por profissional habilitado, e na falta deste pelo próprio encarregado do estabelecimento.

Art. 480 - Em caso do exame rea-

lisado pelo encarregado, e quando não seja possível servir-se um profissional abilitado, a simples suspeita de enfermidade determinará a rejeição dos animais.

Art. 481 - Os reses rejeitadas em pé serão retiradas dos currais pelos seus proprietários, sendo a rejeição anotada no registro próprio.

Parágrafo único - O encarregado poderá impedir a entrada de reses que possam, desde logo, ser reconhecidas como impretaveis para a matança.

Art. 482 - É expressamente proibida a matança, para o consumo alimentar de:

a) animais que não sejam das espécies bovina, suina, ovina ou caprina;

b) vitelos de menos de 4 semanas de vida;

c) suinos com menos de 5 semanas de vida;

d) ovinos e caprinos com menos de 8 semanas de vida;

e) animais que não hajam repousado pelo menos 24 horas, no pasto ou curral anexo ao estabelecimento;

f) animais caquéticos ou extremamente magros;

g) animais fatigados;

h) vacas em estado de gestação;

i) vacas com sinais de parto recente.

Parágrafo único - Os donos dos animais rejeitados são obrigados a retira-los no mesmo dia do recinto do matadouro, sob pena de multa.

Art. 483 - É considerado impróprio para o consumo alimentar, e passivel de rejeição

preliminar ou de condenação total, todo animal em que se verificar, quer no exame a que se refere o Art. 479, quer no exame das carnes e vísceras, a existencia de qualquer desenfermidades referida no artigo 709 do Regulamento de Saúde Pública do Estado.

Art. 484 - A matança começará a hora determinada pelo encarregado do matadouro, e será feita por grupo de gado pertencente a cada marchante, por ordem de quantidade ou de entrada no matadouro.

Art. 485 - Qualquer que seja o processo de matança adotado, com aprovação do Prefeito, é indispensavel a sangria imediata e o escoamento do sangue das reses abatidas.

Art. 486 - Para esfolamento e abertura serão os animais suspensos em ganchos apropriados e proceder-se-á de modo a evitar o contato da carne com a parte cabeluda do couro e com as vísceras.

Art. 487 - O exame do animal abatido será feito na ocasião da abertura das carcassas e sua evisceração, por profissional habilitado ou pelo encarregado do matadouro, observada a norma do art. 480; serão examinados cuidadosamente os gangliios, vísceras e outros orgãos, e condenados e apreendidos o animal, a carcassa ou parte da carcassa, as vísceras ou orgãos julgados impropri os para o consumo alimentar.

Art. 488 - Os animais, as carcassas ou parte delas, as vísceras, os orgãos ou tecidos, condenados como impróprios para o consumo alimentar, serão removidos em carros estanques para

sua inutilização na forma do art. 489 ou aproveitamento industrial permitido.

Parágrafo único - A inutilização será feita em fornos crematórios ou em recipientes digestores ou por outro processo aprovado pela Prefeitura e a Saúde Pública.

Art. 489 - Os animais abatidos ou que hajam morrido nos pastos e currais anexos aos matadouros, portadores de carbunculo bacteriano, raiva ou quaisquer outras doenças contagiosas, serão cremados com a pele chifre e cascos.

§ 1º - O local, os utensilios ou instrumentos de trabalho que tiverem estado em contato com qualquer carcassa, orgão ou tecido do animal portador de carbunculo bacteriano, raiva ou qualquer outra molestia contagiosa, serão imediatamente desinfetados e esterelisados.

§ 2º - Os empregados que tiverem manuseado carcassas, viceras ou orgãos destes animais farão completa desinfecção das mãos e do vestuário antes de reiniciarem o trabalho.

Art. 490 - O sangue, para uso alimentar ou fim industrial, será recolhido em recipientes apropriados, separadamente, para ser entregue ao proprietário dos animais.

Parágrafo único - Verificada a condenação de um animal, cujo sangue tiver sido recolhido e misturado ao de outros, será inutilizado todo o conteúdo do respetivo recipiente.

Art. 491 - As carnes consideradas boas para o consumo alimentar serão recolhidas ao depósito de carne verde, até o

momento de seu transporte para os açougues.

Art. 492 — Depois da matança de gado e da inspeção necessária, serão as vísceras, consideradas boas para fins alimentares lavadas em lugar próprio e colocadas em vasilhas apropriadas para o transporte aos açougues.

Art. 493 — Os couros serão imediatamente retirados para os curtumes proximos, ou salgados e depositados em lugar para tal fim designado.

Art. 494 — É' proibida, sob pena de apreensão e inutilisação, a insuflação de ar ou qualquer gás nas carnes dos animais abatidos.

Art. 495 — As condemnações e inutilisações totais ou parciais serão registradas, com especificação de sua causa, em livro próprio, a que se refere o artigo 481.

Art. 496 — Se qualquer doença epizootica for verificada nos animais recolhidos nos postos ou currais do matadouro, o encarregado providenciará o imediato isolamento dos doentes e suspeitos, em locais apropriados.

Art. 497 — Os animais encontrados mortos nos currais poderão ser autopsiados, a fim de ser determinada a "causa-mortis", concedendo-se sua utilisação, para fins industriais, desde que não incidam no artigo 489.

Capitulo III

Disposições Gerais

Art. 498 — Nenhum gado destinado ao consumo público poderá ser abatido fora do matadouro, sob pena de multa.

§ 1º — Nas vilas e povoados, onde não

houver matadouro, o gado bovino e suino destinado ao consumo público, depois de examinado pelo respectivo Fiscal ou profissional por ele indicado, será abatido em lugar previamente determinado, aplicando-se no que couber as disposições deste Titulo.

§ 2º — Será, no entanto, permitida matança de gado bovino, para o consumo normal da população, em xarqueadas acaso existentes, já fiscalisadas pelo Ministério da Agricultura, até que se construa o matadouro Municipal.

§ 3º — Nas xarqueadas a que se refere o parágrafo anterior, a Prefeitura exercerá, por Técnicos ou funcionários para isso designados, a fiscalisação prescrita para a matança e distribuição.

Art. 299 — Além da fiscalisação prevista, exigir-se-á nas xarqueadas o cumprimento das condições e medidas sanitárias constantes deste Titulo. — Art. 300 — As taxas referentes á matança e ao transporte de carnes verdes do matadouro aos açougues, serão cobradas de acordo com a legislação tributária do municipio.

Parágrafo único — Nas xarqueadas, observado o disposto nos artigos anteriores, exigir-se-ão as taxas e tributos em vigor.

Art. 301 — O serviço de transporte de carnes do matadouro para os açougues será feito em veiculos apropriados, fechados e com dispositivos para ventilação, observando-se, na sua construção interna, todas as prescrições de higiene.

§ 1º — Os transportadores de carnes deverão manter as suas vestes em perfeito estado de asseio, e serão obrigados a lavar, diáriamente, os

respectivos veículos.

§ 2º — As carnes de porco, carneiro e cabrito poderão também ser conduzidas para os açougues em taboleiros ou cestos com cobertura de tela de arame.

Art. 502 — É expressamente proibido, na cidade e vilas, manter-se, em pátios particulares, gado de qualquer espécie destinado ao corte.

Capítulo IV

Dos açougues e do abastecimento de carnes verdes.

Art. 503 — A venda a varejo, no perímetro da cidade e vilas, de carne verde, toucinho e vísceras só poderá ser feita em recintos apropriados e que preencham as seguintes condições:

1) Terão área mínima de 16 metros quadrados;

2) poderão ter ligação interna somente com os compartimentos destinados ao próprio açougue, como vestiário e instalação sanitária. A ligação com a instalação sanitária não será direta, fazendo-se através do vestiário ou de um corredor;

3) as portas serão de grade de ferro, providas de tela metálica;

4) Haverá em todas as paredes externas vãos de ventilação com altura mínima de 1,00 m e maior largura possível. Serão colocados a altura mínima de 2,20 m do piso e dotados de caixilhos de ferro basculantes, cujas bandeiras ocuparão o vão total;

5) As paredes serão revestidas até a altura de 2,00 m de azulejos brancos ou de outro material liso, resistente, impermeável, de côr clara

e de fácil limpeza. As juntas serão tomadas com material impermeável. As paredes, acima dessa altura, o teto, as portas e caixilhos, serão pintados a óleo, a cores claras;

6) o teto será constituído de laje de concreto armado;

7) o piso será revestido de ladrilhos hidráulico, de cores claras, com inclinação suficiente para o escoamento das águas de lavagem. No piso serão instalados ralos sifonados para a captação dessas águas;

8) Os angulos de intersecção das paredes, entre si, com o piso e com o teto, serão substituídos por superfícies curvas de concordancia;

9) Terão instalação de água corrente abundante; 10) O balcão será de mármore ou de pedra plástica, sendo a base de alvenaria de tijolos revestida do mesmo material impermeável, com que o forem as paredes;

11). Serão, sempre que necessário, dotados de câmaras frigoríficas, de capacidade conveniente;

12) Disporão de armação de ferro ou aço fundido, fixa as paredes ou ao teto e a que serão suspensos, por meio de ganchos do mesmo material, os quartos de reses para talho;

13) Os compartimentos destinados a corredor ou salas, vestiários e instalações sanitárias terão seu piso, paredes e tetos, com o mesmo acabamento da sala principal. Haverá pelo menos, uma privada e um lavatório de louça ou ferro esmaltado;

14) Quando o açougue não dispuser de camara frigorifica ou esta não for de capacidade suficiente, será adotado o sistema de chas-

sis telados para proteção contra moscas.

Art. 204 - Os açougueiros deverão observar as seguintes disposições:

1) são obrigados a manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene, não lhes sendo permitido ter no mesmo qualquer ramo de negócio diverso do de sua especialidade, bem como guardar na sala de talho objetos que lhes sejam estranhos;

2) a carne não vendida até 24 horas após sua entrada no açougue será imediatamente salgada e só neste estado poderá ser dada ao consumo da população, salvo a hipótese de ser conservada em câmaras frigoríficas;

3) na carne com osso, o peso deste não poderá exceder de 200 gramas por quilo;

4) toda carne vendida e entregue a domicílio sómente poderá ser transportada em carros apropriados ou em tabuleiros ou cestos cobertos de tela de arame;

5) não admitir ou manter no serviço empregados que não sejam portadores de carteira sanitária ou atestado médico de que não sofrem de moléstias contagiosas.

Art. 205 - As carnes e toucinhos importados de outros Municípios, só poderão ser vendidos a população local mediante a exibição dos documentos que provem terem sido pagos, no Município de procedencia, os impostos e taxas devidos.

Art. 206 - É expressamente proibido o transporte, para os açougues, de couros, chifres e resíduos, considerados prejudiciais ao asseio e higiene do estabelecimento.

Art. 507 – Os proprietários dos açougues deverão cuidar em que, nos respectivos estabelecimentos, não seja permitida a entrada de pessoas portadoras de moléstias contagiosas ou repugnantes, com fundamento nas disposições regulamentares da Saúde Pública.

Art. 508 – Os cortadores e vendedores, sejam proprietários ou empregados, serão obrigados a usar sempre aventuais e gorros brancos mudados diáriamente.

Art. 509 – Nenhuma licença para abertura de açougues será concedida depois de satisfeitas as exigências a que se refere o artigo 503.

Art. 510 – Os açougues existentes na cidade e vilas, à data da promulgação deste código, e que não satisfaçam as normas prescritas no art. 503 deverão adaptar-se às mesmas no praso de 6 meses.

Parágrafo único – A Prefeitura examinará em cada caso concreto as remodelações realisadas para efeito de sua aprovação.

Capítulo V

Das infrações e das penas

Art. 511 – Incorrerá nas seguintes multas, elevadas ao dôbro nas reincidencias, aquele que:

I – De Cr$ 50,00 a Cr$ 200,00;

a) abater gado de qualquer espécie fora do matadouro, na cidade, ou fora dos lugares apropriados, nas vilas;

b) vender carne verde ou toucinho fresco fora dos açougues, salvo o caso da distribuição a domicílio previsto no art. 504, item 8;

c) abater gado de qualquer espécie, com enfermidade de moléstia, ou sem o prévio pagamento

das taxas devidas;

d) vender carnes e fressinho procedentes de outros municípios, sem provar terem sido paga as taxas respectivas;

e) abater gado de qualquer espécie fora dos matadouros ou dos lugares designados, com o fito de entrega-lo ao consumo público.

II - De Cr$ 30,00 a Cr$ 50,00:

a) abater gado de qualquer espécie, antes do descanso necessário, e vacas, porcas, ovelhas e cabras, em estado de gestação;

b) vender ou depositar qualquer outro artigo no recinto destinado ao retalho e venda de carnes;

c) transportar para os açougues, couros chifres e demais restos de gado abatido para o consumo;

d) deixar permanecer nos currais dos matadouros, por mais de 3 horas, animais mortos de sua propriedade, ou deixar de retirar, no mesmo dia, os que forem rejeitados em exame procedido pela autoridade competente.

III - De Cr$ 20,00 a Cr$ 100,00:

a) transportar carnes verdes em veículos não apropriados, salvo motivo de força maior e com consentimento prévio da autoridade competente;

b) atirar ossos os restos de carne nas vias públicas;

c) for encontrado vendendo nos açougues sem o uso de arrental e gorros.

Art. 312 - Por infração de qualquer dispositivo deste Título, para que não esteja prevista pena especial, serão impostas multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00 elevados ao dobro nas reincidências,

respeitado o máximo legal.

Título VIII

Dos mercados e feiras livres

Capítulo I

Dos mercados

Art. 513 – O mercado é o estabelecimento público, sob administração e fiscalização do governo Municipal, destinado ao varejo de generos alimentícios e produtos da pequena indústria animal, agrícola ou extrativa. Havendo espaço, pode o Prefeito autorizar, a título precário, e mediante licença especial, a exposição e venda de outros artigos.

Art. 514 – Nos mercados, o comércio poderá fazer-se em comodos locados ou em espaços abertos, tudo na forma e condições adiante estabelecidas.

Parágrafo único – Aquele que exercer atividades comerciais no recinto dos mercados municipais fica obrigado a observar as disposições deste Capitulo, alem das do regulamento que a Prefeitura baixar sobre a matéria.

Art. 515 – Os mercados estarão abertos ao público das 6 às 17 horas, diariamente, inclusive domingos, feriados e dias santos. Em casos especiais, sendo de interesse público, a Prefeitura poderá modificar o horario.

Parágrafo único – É inteiramente livre a entrada e saida de pessoas nas horas regulamentares. No recinto dos mercados, porem, ficam todos sujeitos á ordem e disciplina internas, sendo punido com multa e expulsão e, nos casos graves, vedação da entrada, quem transgredir preceito de higiene e policia.

Art. 516 – Não é permitida nos merca-

dos a revenda de quaisquer mercadorias. A venda em grosso só é permitida depois das 11 horas, observado o que dispõe o art. 527.

§ 1º — Para efeito deste artigo, entende-se por comercio em grosso aquele em que o comprador adquirir mercadorias em quantidade superior á do seu consumo mensal; por revenda aquele em que o comprador vende a mercadoria no local em que a comprou.

§ 2º — Os vendedores de frutas, legumes, hortaliças e outros viveres de rápida deterioração, não conseguindo dispor de toda a carga no varejo até ás 10 horas, poderão vende-la, para revenda, a locatários de lojas ou a ambulantes que se destinem a outros pontos da cidade ou vilas.

Art. 514 — Os mercadorias que, levadas aos mercados, não forem vendidas até 11 horas, poderão ser guardadas em comodo e sitio destinado, mediante o pagamento de armazenagem, por 24 horas ou fração de Cr$ ..... por volume até 60 Kg. Os aves serão depositadas em gaiolas especiais e a armazenagem é de Cr$ ..... por cabeça.

Paragrafo unico — A disposição deste artigo não aproveita aos vendedores de que trata o artigo 516, § 2º.

Art. 518 — Nenhum produto pode ser exposto á venda nos mercados se não estiver acondicionado:

a) os legumes, hortaliças, raizes, etc., em tabuleiros;

b) as frutas e ovos em cestos ou caixas;

c) os grãos e cereais em saco ou barricas;

d) as aves em gaiolas gradeadas ou feladas com soalho de zinco.

e) o toucinho, coxe verde e peixe em mesas

de mármore, pedra plástica ou ferro esmaltado com calhas.

§ 1º - As mercadorias devem ser expostas em estrados, mesas, balcões ou mostruários adequados.

§ 2º - Os negociantes de carne verde, toucinho, animais abatidos observarão ainda, no que couber, as disposições do Título VII.

Art. 519 - É expressamente proibida, nos mercados públicos, a venda de gêneros alimentícios deteriorados, frutas verdes ou em começo de decomposição, confeitos em mau estado de conservação e quaisquer outros artigos em estado de ser considerados nocivos à saúde pública.

Parágrafo único - Os gêneros ou artigos expostos à venda, sem a observância do estabelecido neste artigo, serão apreendidos e inutilizados, independentemente de qualquer indenização, ficando, ainda, o vendedor sujeito à multa.

Art. 520 - O administrador do mercado regulará a distribuição de áreas de modo a satisfazer ao maior número de pretendentes, sem, com tudo, prejudicar o trânsito e circulação interna, podendo, para isso, colocá-los em pequenos alinhados ou por grupos.

§ 1º - A nenhum pretendente se concederá espaço maior do que o necessário ao seu comércio podendo ser reduzido o que obtiver se verificar ser excessivo.

§ 2º - O aluguer de áreas nos mercados ou sua utilização dependem do pagamento das taxas previstas nas leis tributárias do Município salvo o disposto no art. 522.

§ 3º - A Prefeitura poderá conceder local

permanente nos mercados, a requerimento dos interessados e mediante o pagamento das taxas devidas.

Art. 521 - É proibido o estacionamento, no recinto dos mercados, de veículos e animais empregados na condução de generos, os quais deverão ser retirados, imediatamente após o descarregamento, para os locais a isto destinados.

Parágrafo único - Nos arruamentos onde não for permitido o transito de veículos ou animais, todo o serviço de transporte, inclusive a coléta do lixo, será feito em carros ou carrocinhas puxado a mão.

Art. 522 - Os que só vendem frutas, legumes, hortaliças, tuberculos, raizes e outros generos alimenticios da sua pequena e propria lavoura ou industria caseira são isentos da taxa de locação e espaço.

§ 1º - Para gozar desta isenção deve o pretendente requerer ao Prefeito sua matricula como pequeno produtor, provando:

a) que é proprietario ou cultivador de terreno, ou, tratando-se de industria, que não tem estabelecimento e só a explora em sua propria casa ou dependencias.

b) que produz em pequena escala;

§ 2º - Feita a matricula, será fornecida ao matriculado uma placa numerada que deverá ser mantida bem visivel no local de vendas.

§ 3º - As matriculas são renovaveis anualmente, exigindo-se, na renovação, as mesmas provas de que trata o § 1º deste artigo, e mais atestado do administrador do mercado

quanto a boa conduta do produtor.

§ 4º - Serão imediatamente canceladas as matrículas obtidas fraudulentamente.

Art. 523 - As lojas, açougues e demais comodos serão alugados mediante concorrencia pública, a quem mais der acima do preço fixado pela Prefeitura. No caso de serem apresentadas duas ou mais propostas com o mesmo preço, dar-se-á preferencia, em igualdade de condições, a quem já ocupa o comodo e, na falta, ao proponente que for maior contribuinte dos cofres municipais.

§ 1º - As concorrencias serão abertas pelo prazo de 15 dias, devendo constar do edital, além das condições acima estipuladas, o número e a área do comodo, o preço mínimo do aluguel e o prazo do contrato, nunca maior de tres anos.

§ 2º - Aceita a proposta, antes da assinatura do contrato de locação, prestará o proponente fiança correspondente a tres meses de aluguel oferecido, como garantia do pagamento deste, de multas que acaso lhe forem impostas e de reparos que a Prefeitura tiver que fazer decorrentes de estragos causados pelo locatário. O deposito será restituido quando findar a locação, feitas as deduções regulamentares cabiveis, se este for o caso.

§ 3º - Os alugueres serão pagos adiantadamente até o dia 5 de cada mes e, em caso de mora, com a multa de 20%.

Art. 524 - Ninguem poderá alugar mais de um comodo, por si ou por interposta pessoa, para o mesmo ou diverso ramo de negocio.

Art. 525 - O locatário de comodo é obrigado a:

a) mantê-lo em perfeito estado de asseio e

higiene, bem como o passeio fronteiro;

b) mobiliá-lo de acordo com as necessidades do seu ramo de comércio, precedendo licença do Prefeito sempre que para isso forem necessárias obras de qualquer natureza.

c) conservá-lo e entregá-lo, findo o prazo de locação, no estado em que o houver recebido.

d) Fa seus proprios pesos e medidas.

§ 1º - É vedado ao locatário:

a) sublocar o comodo, no todo ou em parte;

b) fazer construções, reconstruções ou modificações sem autorisação do Prefeito,

c) depositar quaisquer objeto ou mercadorias no passeio ou nos arruamentos, ou dependurá-los, por qualquer processo, do lado de fora da loja;

d) forçar a venda, cercar ou tomar freguezes e anunciar perturbando a ordem;

e) ocultar ou recusar vender mercadoria que possua. Art. 526 - A locação de comodos por a concessão de áreas, haja ou não contrato ou aluguer pago, não criam para os respectivos titulares direito oponivel ás medidas de higiene ou de policia que a Prefeitura julgar oportuna pôr em pratica no interesse geral. Essa disposição constará expressamente de todos os contratos e titulos de concessão, como uma das clausulas essenciais

Art. 527 - É expressamente proibido atravessar generos destinados ao consumo publico, tenham ou não dado entrada nos mercados.

Paragrafo único - Consideram-se atravessadores de generos:

a) os que comprarem, no todo ou em grande parte, generos destinados aos mercados públicos, ou

ou que por qualquer forma concorrerem para que o produto não dê ali entrada, pouco importando que o ato incriminado seja praticado em estradas públicas ou particulares, nas ruas da cidade ou vila, ou nos arredores do Município;

b) os que, com tendencias ou intento malicioso, induzirem os condutores de generos a não levar o produto aos mercados.

Art. 328 - Na disciplina interna dos mercados ter-se-á em vista:

a) manter a ordem e o asseio do estabelecimento;

b) assegurar o seu aprovisionamento;

c) proteger os pequenos produtores e os consumidores contra as manobras prejudiciais ao seus interesses;

d) velar pela salubridade dos viveres e mantimentos expostos á venda.

Art. 329 - É expressamente proibido dentro dos mercados:

a) ajuntamento de pessoas que, não estando vendendo ou comprando, embaraçarem o comercio;

b) fazer algazarra, provocar tumultos ou discussões de qualquer natureza;

c) a presença de louco, ébrio, turbulento ou doente de molestia infecto-contagiosa ou repugnante;

d) danificar qualquer parte ou dependencia dos mercados, escrever ou pintar nas paredes;

e) praticar atos ofensivos á moral;

f) atirar cascas de frutas ou papeis no piso dos mercados;

g) atirar lixo dentro ou nas imediações dos mercados.

Art. 330 - Dos infratores das disposições

deste capítulo serão aplicadas as seguintes multas, elevadas ao dobro nas reincidências:

a) de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00 pelas transgressões dos arts 519 e 527.

b) de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00 pelas transgressões dos demais artigos deste capítulo.

Capítulo II

Das feiras livres

Art. 531 — A feira livre se destina ao comércio de gêneros alimentícios, aves, frutas e legumes, utensílios culinários e outros artigos de pequena indústria, para abastecimento doméstico e facilidade de venda direta do pequeno produtor ou criador aos consumidores.

Art. 532 — O serviço de fiscalização será superintendido e executado por funcionário municipal para isso designado.

Art. 533 — A feira livre, funcionará em dia, hora e lugar designados pelo Prefeito, segundo o aconselhar o interesse público.

Parágrafo único — A hora fixada para o encerramento da feira, os feirantes suspenderão as rondas, procedendo à desmontagem das barracas, balcões, taboleiros e respectivos fertenes e à remoção rápida das mercadorias, de forma a ficar o recinto livre e pronto para o início imediato da limpeza.

Art. 534 — A Prefeitura fará examinar os produtos postos a venda na feira, mandando retirar imediatamente aqueles que não estiverem em condições de ser dados ao consumo público.

Art. 535 — A colocação das barracas, mesas, taboleiros, balcões ou pequenos veículos nas

feiras livres será feita segundo o criterio de prioridade, realisando-se, tanto quanto possivel, o agrupamento dos feirantes, por classes similares de mercadorias.

Art. 336 - Os veiculos que conduzirem mercadorias ou que sejam destinados á exposição da propria mercadoria transportada, serão postos em ordem e em local designado pelo fiscal da feira, de maneira a facilitar o transito público.

Art. 337 - Na colocação das barracas, deverá ser observado o espaço necessario para passagem do público.

Art. 338 - Os generos alimenticios, frutas e legumes, deverão ser expostos á venda em mesas, fateleiros, balcões, caixas, cestos ou pequenos veiculos.

Art. 339 - Para venda, na feira livre, de carne de qualquer especie, ou animais abatidos, devem ser observadas, no que couber, as disposições do Titulo VII.

Art. 340 - As carnes, salames, salchichas e produtos similares, deverão ser suspensos em ganchos de ferro polido ou estanhado ou colocados sobre mesas ou em recipientes apropriados, observados rigorosamente os preceitos de higiene.

Art. 341 - Para a venda de peixes é obrigatoria a utilisação de um recipiente estanque, destinado a receber quaisquer residuos, observando-se ainda as normas de higiene aconselhaveis para o caso. Art. 342 - O leite e produtos laticinios, a venda, deverão ser conservados em recipientes apropriados a prova de pó e outras impurezas, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

Art. 343 - É expressamente proibida

a venda de bebidas alcoólicas, na feira livre.

Art. 544 — Os feirantes, por si ou por seus prepostos, são obrigados a:

a) acatar as determinações, regulamentares feitas pelo fiscal e guardar decôro para com o público, abstendo-se de apregoar suas mercadorias, com algazarra;

b) manter em perfeito estado de higiene as suas barracas ou balcões e aparelhos, bem como os utensílios empregados na venda de seus artigos;

c) não iniciar a venda de suas mercadorias antes do horário regulamentar, nem prolonga-la além da hora do encerramento;

d) não ocupar área maior que a que lhes for concedida na distribuição de locais a que se refere o artigo 235;

f) colocar etiquetas com os preços das mercadorias.

Parágrafo único — Nas feiras livres só poderão ser empregados aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir que satisfaçam as condições do capítulo II, Título V, deste Código e das leis metrológicas gerais.

Art. 545 — As infrações aos dispositivos constantes deste capítulo serão punidas com multa de Cr$ 10,00 a Cr$ 100,00, elevadas ao dobro nas reincidências, sem prejuízo da ação policial que couber.

Título IX

Do serviço funerário

Art. 546 — As disposições deste Título referem-se especialmente ao serviço funerário quan-

do explorado diretamente pelo Município ou no regime da concessão.

Art. 547 – A prestação do serviço será feita mediante pagamento de taxas constantes de tabelas aprovadas anualmente pela Prefeitura, com base no respectivo custo.

Art. 548 – Para exploração do serviço funerário são indispensáveis as seguintes condições:

a) existência de uma oficina aparelhada para o fabrico de caixões, preparação de materiais e serviços correlatos;

b) manutenção em perfeito estado de funcionamento e conservação dos veículos destinados ao transporte de féretros, quando for este o sistema utilizado;

c) obrigação de fornecer gratuitamente, mediante requisição da Prefeitura, urnas por esta pagas, observada a tabela aprovada.

Art. 549 – As taxas relativas a inhumações e devidas à Prefeitura poderão ser arrecadadas pela empresa funerária, que se obriga a recolher aos cofres municipais, até o dia 1º de cada mês, a importância relativa ao mês anterior, de acordo com o balancete apresentado pela administração do cemitério, com aprovação da Prefeitura.

Art. 550 – A empresa ou concessionário deverá estar aparelhada para ornamentação de salas mortuárias, erição de cruzes e tudo mais que possa ser reclamado para as solenidades fúnebres.

Art. 551 – É obrigatória a desinfecção dos coches fúnebres e utensílios, empregados nos velórios, após cada utilização.

Art. 552 – A caixão deverá ser fornecido dentro de 3 horas após o pedido, e o veículo, quando

utilizado, 15 minutos antes da hora marcada para o enterro.

Art. 553 – A empresa ou concessionário deverá atender os interessados diáriamente das 7 ás 20 horas.

Art. 554 – Os caixões, féretros ou outros materiais utilizados no serviço funerário não poderão ser mantidos á vista do público nos locais ou depósitos onde se guardam.

Art. 555 – As demais condições de prestação do serviço funerário, em regime de livre concorrencia, são aplicáveis as disposições do art. 550 a 554, ambos inclusive.

§ 1º – As empresas ou particulares, a que se refere este artigo, não poderão, sob qualquer pretexto, negar-se a atender as encomendas de caixões ou serviços de sua especialização que lhes sejam feitas.

§ 2º – A prestação do serviço funerário a que se refere este artigo, deverá ser feita mediante o pagamento de taxas fixas anualmente, com a necessária descriminação de classes. As tabelas, de que se enviará cópia á Prefeitura para efeito de fiscalização, serão afixadas em lugar visivel no estabelecimento.

Art. 557 – As infrações ao disposto no artigo anterior serão punidas com multa de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00 elevada ao dobro nas reincidencias. Art. 558 – Revogadas as disposições em contrário, entrará a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibiá, 18 de Agosto de 1948

a) Dr. Clovis Siburcio Rodrigues (Prefeito Municipal)

a) Sebastiana Moura Rodrigues (Secretária)